



**Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de Sociologia**

**"O contributo da Atividade de Desminagem na Execução do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População na Província do Huambo (2003-2008) "**

**Rita Nazaré Botelho Mendes Jesus**

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia**

Orientador: Manuel João Pereira  
Professor Doutorado  
Luanda Consulting Team

Co - orientador: Paulo Pereira Almeida  
Doutorado e Agregado em Sociologia  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

**Outubro, 2015**

**Dedicatória**

À minha Mãe:

Maria Amélia Libânio Botelho de Carvalho, que sempre acreditou em mim.

*(in memoriam)*, verdadeiramente a melhor mestre que tive.

## AGRADECIMENTOS

A realização desta Dissertação de Mestrado só foi possível graças à colaboração e ao contributo, de forma direta ou indireta, de várias pessoas e instituições, às quais gostaria de exprimir algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento, em particular: ao Presidente da CNIDAH, General Santana André Pitra "Petroff" pela oportunidade e apoio institucional durante o mestrado, pela confiança que sempre me concedeu e pelo permanente estímulo que, por vezes, se tornaram decisivos em determinados momentos do mestrado dissertação, pelo interesse evidenciado.

Aos Professores Doutores Manuel João Pereira e Paulo Pereira Almeida, pela disponibilidade manifestada para orientar este trabalho, pela preciosa ajuda na definição e aconselhamento do objeto de estudo, pela exigência de método e rigor, pela orientação científica, pela revisão crítica do texto, pelos profícuos comentários, esclarecimentos, opiniões e sugestões, pela cedência e indicação de alguma bibliografia relevante para a temática em análise, pelos oportunos conselhos e cordialidade e simpatia demonstradas.

Ao Prof. Doutor José Casanova, pelo encorajamento e apoio a fim de prosseguir a elaboração deste trabalho.

Ao Estimado Dr. Franklin Silva, pelo apoio encorajador, pela confiança depositada e pela enorme disponibilidade em mostrar-me as ferramentas para desbravar o assunto que me propus abordar. O meu profundo reconhecimento e apreço. Ao Governo Provincial do Huambo pela disponibilidade do material e outros apoios. Ao meu marido, pelo encorajamento e apoio para o êxito deste trabalho.

Às minhas filhas Albânia, Raquel e Rafaela e ao meu filho Ricardo pela compreensão inestimáveis, pelos diversos sacrifícios suportados, à todos os colegas e amigos, reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão.

## RESUMO

O presente trabalho enquadra-se na temática global da luta contra as minas terrestres em Angola. O trabalho tem por finalidade abordar o contributo da desminagem na reconstrução de Angola.

Na sequência do conflito armado prolongado em Angola, o uso de minas terrestres e engenhos explosivos não detonados trouxeram consequências humanas profundas e, implicações ao nível social e económico com a destruição de infra-estruturas importantes. No âmbito da consolidação da paz e reconstrução de Angola, foi contemplada a atividade de desminagem como prioridade, para permitir a segurança e circulação de pessoas e bens. Assim, a desminagem ganhou um novo impulso a partir da assinatura do Memorando de Entendimento do Luena (Abril de 2002) Complementar ao Protocolo de Lusaka.

A Paz e a desminagem permitiram a promoção da reconciliação nacional, a reinserção social dos desmobilizados e suas famílias, dos deslocados de guerra, a reposição da administração do Estado em todo o território, a reabilitação das infra – estruturas socioeconómicas, a estabilidade do ambiente macroeconómico para o relançamento da economia etc, tendo como base os programas do Governo implementados desde 2003. Na perspetiva de intervenção de âmbito local, para uma parcela bastante significativa da população, foi possível implementar em Angola os Programas Provinciais de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População.

O estudo tem como objeto a demonstração do contributo da desminagem na execução do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos serviços Sociais Básicos à População (PMAOSSBP) no Huambo (2003-2008), relacionando com as variáveis, conflito armado e suas consequências, contaminação com minas, consolidação da paz.

**Palavras – Chave:** Conflito armado, minas terrestres e UXO, contaminação com minas e desminagem, Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos á População, Huambo, Angola.

## **ABSTRACT**

*The current work is part of the overall issue, concerning the fight against land mines in Angola. It aims at addressing the contribution of demining, or the lack of it, in Angola's post war reconstruction process.*

*As part of the long lasting armed conflict, the use of land mines and unexploded ordinances brought serious human consequences and implications to the country, especially at social and economical levels, due to the heavy destruction of important infrastructure.*

*After the war, demining came up as a priority to uphold people and their goods safeguard. Demining in Angola earned a new dynamic since the signature of the Luena Memorandum of Understanding (April 2002), complementary to the Lusaka Peace Protocol.*

*The achievement of Peace and the nationwide landmine clearance allowed the promotion of national reconciliation, social reinsertion of the ex-combatants and their families, as well as the internally displaced people. Furthermore, it facilitated the territorial extension and the effective exercise of State administration in the whole country, the rehabilitation of the socioeconomic infrastructure and the improvement of the macro economic environment which was an indispensable premise for the launching of the economy recovery.*

*The goals mentioned above were defined in the government program, which is being implemented since 2003. At a local level intervention perspective, designed to benefit a significant part of the population peace and demining allowed the implementation in Angola of the Provincial Programs for the Improvement of the Offering of Basic Social Services to the Populations (PMAOSSBP).*

*The purpose of this is to demonstrating the contribution of demining in the implementation of PMAOSSBP in the province of Huambo (2003-2008), relating to the variables, armed conflict and its consequences, land mine contamination, peace consolidation.*

**Key - words:** *Armed conflict, land mines and UXO, mine contamination and demining Improvement Program and Increase of Basic Social Services of Population, Huambo, Angola.*

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	Anti Pessoal
APN	Ajuda Popular da Noruega
ASM	Áreas Suspeitas de Minas
AT	Anti Tanque
BFA	Banco de Fomento Angola
CED	Comissão Executiva de Desminagem
CNIDAH	Comissão Nacional Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária
ECP	Estratégia de Combate a Pobreza
ERG	Engenhos Remanescentes de Guerra
FAA	Forças Armadas Angolanas
FAO	Food and Agriculture Organization
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GICDH	Centro Internacional de Desminagem Humanitária de Genebra
GNR	Gabinete de Reconstrução Nacional
INAD	Instituto Nacional de Desminagem
LIS	Land Mine Impact Survey
LMR	Land Mine Monitor Report
MAG	Mine Advisory Group
MgM	Menschen GegenMine
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OCHA	Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PGG	Programa Geral do Governo
PMAOSSBP	Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População
PN	Polícia Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola,
UXO	Unexploded Ordnance
PEAM	Plano Estratégico de Ação contra Minas
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento

## **INDÍCE DE QUADROS**

Quadro nº 1 - Acidentes ocorridos entre 2006 e Março-2015

Quadro nº 2 - Sumário dos resultados de levantamento do impacto sócio-económico de minas em Angola (2004-2007)

Quadro nº 3 Comunidade identificados por províncias e níveis de impacto de minas 2004-07

Quadro nº 4 - Resultados operacionais globais das ONG nacionais, internacionais, CED e empresas privadas (1996 à Abril de 2015)

Quadro nº 5 - Situação atual das comunidades impactadas com minas Setembro, 2015

Quadro nº 6 - Situação das principais estradas de ligação de influência na província 2003-2004

Quadro 7 - Caracterização das ações do PMAOSSBP 2005-2006, província do Huambo

Quadro nº 8- Numero de Entrevista feitas e respondidas por província

Quadro nº 9 Caracterização da amostra em função da Instituição e Ocupação Laboral

Quadro nº 10 - Razões da existência de minas em Angola

Quadro nº 11 - Consequências do conflito armado no Huambo

Quadro nº 12 - Consequências das minas do ponto de vista da segurança para as pessoas, bens e infra-estruturas

Quadro nº 13 - Programas e projetos executados com o apoio da desminagem

Quadro nº 14 - Infra-estruturas erguidas com o apoio da desminagem no Huambo no âmbito da Execução do PMAOSSBP (2003- 2008)

## **INÍDE DE GRÁFICOS**

Gráfico nº 1- Destruição do Programa do PMAOSSP 2007 - 2008, por sector

## ÍNDICE GERAL

<b>1. AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>i</b>
<b>2. RESUMO</b> .....	<b>ii</b>
<b>3. ABSTRACT</b> .....	<b>iii</b>
<b>4. LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	<b>iv</b>
<b>5. INDÍCE DE QUADROS</b> .....	<b>v</b>
<b>6. INIDE DE GRÁFICOS</b> .....	<b>vi</b>
<b>7. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>8. CAPÍTULO I - ÂMBITO DO PROBLEMA</b> .....	<b>5</b>
1.1. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DE ANGOLA.....	5
1.2. CONFLITO ARMADO EM ANGOLA (1975- 2002) .....	6
1.2.1. CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO EM ANGOLA .....	7
1.2.2. O PROBLEMA DAS MINAS TERRESTRES EM ANGOLA COMO CONSEQUÊNCIA DO CONFLITO ARMADO .....	8
<b>9. CAPÍTULO II- INTERVENÇÃO DO ESTADO ANGOLANO NO PROBLEMA DAS     MINAS TERRESTRES</b> .....	<b>15</b>
2.1. INTRODUÇÃO .....	15
2.2. O PROGRESSO DA DESMINAGEM EM ANGOLA .....	16
2.3. RESULTADOS OPERACIONAIS DA DESMINAGEM DE 1992 A 2015 .....	17
2.4. RECONSTRUÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS NO PERÍODO PÓS CONFLITO ARMADO EM ANGOLA .....	22
2.4.1. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA E AUMENTO DA OFERTA DOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS ÀS POPULAÇÕES (PMAOSSBP) NA PROVÍNCIA DO HUAMBO.....	23
<b>10. CAPÍTULO III - METODOLOGIA</b> .....	<b>29</b>
<b>11. CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>32</b>
4.1. INTRODUÇÃO .....	32
4.2. AMOSTRA .....	33
4.3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
4.3.1. CONTAMINAÇÃO COM MINAS EM ANGOLA .....	35
4.3.2. ACTIVIDADE DE DESMINAGEM EM ANGOLA.....	38
4.3.3. EXECUÇÃO DO PMAOSSBP NA PROVÍNCIA DO HUAMBO .....	40
4.4. VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	41
<b>12. CAPÍTULO V - CONCLUSÃO</b> .....	<b>43</b>
<b>13. BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>48</b>
<b>14. FONTES</b> .....	<b>51</b>



SITES CONSULTADOS.....	51
LEGISLAÇÃO.....	52
<b>15. ANEXOS.....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

A Guerra Civil Angolana foi um conflito armado que durou quase quarenta anos, com alguns intervalos, tendo terminado em 2002. Este conflito está na origem da contaminação com minas no território e, condicionou de forma significativa a vida quotidiana da população, o desenvolvimento e crescimento social e económico ao nível nacional.

O período escolhido para abordagem e análise deste trabalho situa-se entre 2002 (fim do conflito), com algumas referências aos acontecimentos anteriores e 2008, durante o qual foram executados vários programas e projetos sociais e económicos no quadro da reconstrução, crescimento e desenvolvimento de Angola.

O presente trabalho pretende desenvolver um estudo sobre o contributo da desminagem na implementação do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População (PMAOSSBP) entre 2003-2008, especificamente na província do Huambo, desde o fim do conflito armado. Neste contexto, definiu-se o foco ou o seu objeto como um contributo da desminagem na execução do Programa. Não é a desminagem, e nem o PMAOSSBP por si só mas sim, o contributo e demonstrar no período 2003-2008, na província do Huambo desde o fim do conflito armado.

Contudo, o tema central apresentado é o contributo da desminagem na implementação do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População (2003-2008), na província do Huambo desde o fim do conflito armado.

Assim, a pergunta de partida deste trabalho foi formulada da seguinte forma: Qual o contributo da desminagem na Implementação do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População (2003-2008), na província do Huambo desde o fim do conflito armado?

Ao longo do trabalho procura-se identificar e analisar vários aspetos relevantes da desminagem efetiva e as boas práticas, desde o fim do conflito que, tem promovido a agricultura, a pastorícia, a reabilitação de escolas e hospitais, a circulação de pessoas e bens, a reabilitação de um número significativo de estradas e acessos, bem como implementação dos inúmeros projeto e programas no quadro da reconstrução nacional.

Para alcançar os resultados do trabalho definiram-se três objetivos que se seguem:

- 1- Demonstrar, numa perspetiva social e histórica a maneira como o conflito armado e consequentemente o problema da contaminação com minas em Angola, teve implicações no domínio da segurança humana, no uso da terra livre de minas, nas infra-estruturas (sociais e económicas) e na vida das populações e da sociedade na sua generalidade;

2- Analisar, os contributos da atividade de desminagem na implementação do programa de melhoria e aumento da oferta dos serviços sociais básicos à população na província do Huambo (no período 2003-2008) e;

3- Procurar as referências do desempenho da desminagem que servem de suporte do ponto de vista da mudança, do contributo e da importância, nos vários aspetos da vida na sociedade angolana nomeadamente: na implementação de programas e projetos no âmbito humanitário, da reconstrução nacional e desenvolvimento, no crescimento económico (pós-guerra), na organização social, e noutros valores sensíveis à transformação que poderão ser fundamentais para o desenvolvimento do país.

Pretende-se com este estudo responder a duas Hipóteses de investigação:

H1: A contaminação com minas em Angola, como consequência do conflito armado, trouxe implicações negativas do ponto de vista da segurança humana, na circulação de pessoas e bens e nas infra-estruturas existentes.

H2: A atividade de desminagem no Huambo trouxe uma melhoria e aumento da oferta dos serviços sociais básicos à população.

Dependendo da importância que cada sociedade atribui ao papel da desminagem pode ser considerada transversal ou não. No que diz respeito a sociedade angolana, a desminagem é sinónimo de terra livre de minas e UXO, terra segura e, por este facto a possibilidade de haver mudanças e transformações com o uso da referida terra. A desminagem em curso desde o fim do conflito trouxe benefícios em vários aspetos da vida na sociedade angolana nomeadamente; o crescimento económico, a construção e reconstrução da rede de infra-estruturas domésticas de energia, transporte e água, organização social e reposição administrativas nos municípios e comunas. Em suma permitiu a implementação de inúmeros programas e projetos humanitários e de investimento importantes na província do Huambo e no país na sua generalidade.

Em Angola, há muita carência sobre estudos no sector da ação contra minas, particularmente a desminagem. De igual modo, a falta de conhecimento sobre a importância da desminagem para a segurança humana e sobretudo como prioridades para execução das atividades de caris humanitário e reconstrução e desenvolvimento, razão que motivou a elaboração deste trabalho.

A investigação do presente estudo baseou-se na recolha de informações em fontes primárias (CNIDAH, CED, GICDH, ICBL, ONG internacionais de desminagem), relatórios de atividades, revistas, internet, jornais, conversas e testemunhos de agentes e técnicos que lidam com o sector de ação contra minas e a implementação do PMAOSSBP.

Relativamente a justificação do tema, Angola é potencialmente um dos países mais ricos de África (em recursos naturais) mas, ficou bastante degradada por mais de três décadas de guerra civil desde a sua independência (em 1975). O conflito em que fizeram parte vários protagonistas trouxe consequências como: mortes, mutilação de pelo menos 80.000 vítimas de minas, destruição e degradação da grande parte das infra-estruturas básicas, bem como a implantação de minas terrestres por todo país.

A contaminação com minas<sup>1</sup> é uma das heranças do conflito e, além disto, as minas determinaram o abandono de muitos campos agrícolas, desarticularam a rede de transportes, o comércio de insumos e produtos entre as atividades económicas. Com o fim da guerra e a chegada da paz em Angola (2002), o Governo angolano pôs em curso um vasto programa de reconstrução nacional e desenvolvimento<sup>2</sup> que abrangeu vários sectores da vida pública e privada. Neste domínio, uma das prioridades deste programa foi a execução do programa nacional de ação contra minas<sup>3</sup>. A pesquisa para elaboração da dissertação baseou-se na análise da relação entre a atividade de desminagem e o seu contributo na execução do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População (PMAOSSBP) na província do Huambo, Angola entre 2003-2008.

Trata-se de um estudo que se integra nos esforços tendentes a contribuir para a melhor compreensão do problema da contaminação com minas em Angola e suas implicações no domínio da segurança humana e uso da terra livre de minas<sup>4</sup>. O estudo poderá melhorar igualmente a compreensão da prática desta atividade como contributo para a execução dos programas e projetos desenvolvidos no âmbito da reconstrução nacional e desenvolvimento em benefício das populações.

Do ponto de vista pessoal e cultural, o desenvolvimento do tema dá a possibilidade de explorar a transversalidade da atividade de desminagem (do ponto de vista da mudança, contributo ou importância) em vários aspetos da vida na sociedade angolana nomeadamente; o crescimento económico (no pós-guerra), equilíbrio ambiental, organização social, tecnologia e outros valores sensíveis à transformação e mudanças necessárias.

Por outro lado, a justificação deste trabalho de investigação tem a ver com as vantagens e benefícios e o entendimento do problema das minas e suas consequências. As razões deste estudo também prendem-se na conveniência na compreensão das implicações de ordem prática da contaminação com minas em determinadas áreas e comunidades com perspectivas e interesses para execução de programas e projetos sociais e económicos para o crescimento económico e desenvolvimento, ou melhor, convém que a sociedade angolana esteja informada e consciencializada sobre o problema das minas de forma abrangente.

A análise e demonstração da atividade de desminagem, como solução da ameaça que a presença de minas provocam na segurança humana e, as implicações destas no entrave à execução de programas e projetos sociais e económicos motivaram a abordagem deste tema e a procura de resposta para a questão de partida.

---

<sup>1</sup> A contaminação de minas significa área afetada com minas ou explosivos não detonados.

<sup>2</sup> Este programa de reconstrução nacional e desenvolvimento tem sido implementado por Angola desde o alcance da paz em Angola.

<sup>3</sup> Ação contra minas, compreende todas as atividades do referido sector nomeadamente a desminagem, educação sobre o risco de minas, assistência as vítimas de minas, destruição de minas armazenadas e advocacia

<sup>4</sup> Significa o uso de uma parcela de terra em segurança ou sem minas

Foram diversas as limitações para a realização deste estudo. Dada a impossibilidade de realizar uma observação, constatação ou visita de estudo às administrações municipais e comunais na província do Huambo, foram recolhidas informações a partir das entrevistas realizadas e das leituras dos vários documentos dos operadores de desminagem e dos relatórios de balanço da execução do PMAOSSBP.

Paralelamente, foram analisados os relatórios do site do centro internacional de desminagem humanitária de Genebra (GICHD) de 1999 a 2014 e informações dos relatórios nacionais sobre ação contra minas. Os dados retirados do *Landmine report*, nem sempre refletem a realidade do país, por desatualização da informação e algumas omissões. Por outro lado, dependem da informação que Angola disponibiliza ao GICHD para elaboração dos relatórios anuais.

É importante ressaltar o facto da bibliografia sobre o tema proposto ser escassa. A nível internacional foi possível ter acesso aos relatórios do *landmine reporte* através do GICHD e alguns estudos e artigos, a nível nacional a bibliografia é quase inexistente, limitando-se aos relatórios de atividades da autoridade nacional, CNIDAH, relatórios de execução do PMAOSSBP do Governo provincial do Huambo e, relatórios de alguns operadores de desminagem.

Não foi encontrado nenhum artigo científico sobre a desminagem ou a implementação do PMAOSSBP no Huambo. Caso existam os artigos, então pode-se afirmar que verifica-se escassa divulgação dos mesmos produzidos por parte das instituições afins e dos investigadores. As limitações foram controladas de certa forma e, não constituíram impedimentos para validação dos resultados do estudo e das conclusões feitas a partir da análise do conteúdo das entrevistas realizadas.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No capítulo I iniciou-se com uma caracterização sumária de Angola como lugar dos acontecimentos e, seguiu-se com fundamentos dos aspetos sobre o problema das minas terrestres em Angola iniciado com antecedentes do conflito armado entre 1975 a 2002, que durou mais de quarenta anos e, tendo como uma das consequências, a presença das minas terrestres no solo e subsolo.

No capítulo II, com o objetivo de vingar a importância da atividade de desminagem em Angola e no mundo, demonstra-se a intervenção do Estado angolano na resolução do problema das minas terrestres. Julgamos ser de grande importância refletir-se sobre estas práticas e compreender o contributo e o benéfico da desminagem em qualquer país depois do conflito armado.

O capítulo III é essencialmente metodológico, onde descreve-se os métodos e as técnicas utilizadas para recolha dos dados e apresentação dos resultados. O capítulo IV está consagrado a apresentação dos resultados obtidos e, é feita a análise das entrevistas realizadas. O capítulo V inclui as conclusões do trabalho de investigação. Por último é apresentada a bibliografia que fundamenta toda a dissertação bem como os anexos.

## CAPÍTULO I - ÂMBITO DO PROBLEMA

### 1.1. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DE ANGOLA

Angola, oficialmente República de Angola, está situada na parte ocidental da África, concretamente na zona Austral. O seu território corresponde a uma costa marítima de 1.650 km de Norte a Sul, banhada pelo Oceano Atlântico e a 4.837 km de território fronteiriço, na sua plataforma continental. Tem 1.246.700 km<sup>2</sup> de superfície (BFA, 2004). Possui uma fronteira extensa a Norte e Nordeste e, limita com a República Democrática do Congo, com a Zâmbia a Sudeste e, com a Namíbia a Sul.

A Província de Cabinda é a área administrativa que fica mais a Norte e forma um pequeno território ainda separado do resto do país, confinando com a República Democrática do Congo a Norte e Nordeste e com a República do Congo (Brazzaville). O território de Angola está dividido em 6 áreas geomorfológicas: área costeira, cadeia de montanhas marginal, o velho planalto, as bacias do Zaire, Kwanza, Cunene, Queve e do Cubango<sup>5</sup>.

Com base nas leituras feitas em outras publicações relacionadas com este ponto afirmam que as bacias de Angola ocupam 60% do território que se caracteriza por planaltos, nas terras interiores e pelo relevo do Talude Atlântico que desce em degraus até ao oceano. Cerca de 65% do território está situado a uma altitude entre os 1000 e 1600 m. O regime de chuvas e a variação anual das temperaturas são as duas características climáticas, comuns a todas as regiões. Angola tem duas estações que estão relacionadas com a sua localização na zona intertropical e subtropical do hemisfério sul, a proximidade do mar, a corrente fria de Benguela e as características do relevo, como fatores que determinam e caracterizam as duas regiões climáticas distintas.

Do ponto de vista político e administrativo, Angola tem 18 províncias, 163 municípios e 475 comunas, sendo a sua capital é Luanda. Tornou-se independente a 11 de Novembro de 1975. A língua oficial é o Português, acrescido de 8 línguas nacionais nomeadamente: Umbundo, Quimbundo, Quicongo, Fiote, Cokwe, Nganguela, Nyaneca e Kwanyama. A moeda oficial é o Kwanza. Com 24.383.301 habitantes, segundo o censo realizado em Maio de 2014 e, uma taxa de crescimento demográfico de 3,3%. Os resultados do censo reforçam que a taxa de fecundidade total é de 6.0 filhos por mulher, taxa de mortalidade materna é de 450 óbitos para cada 100.000 nados vivos e taxa de mortalidade infantil (0 - 11 meses) de 113 por 1000 nados vivos. Em média, a esperança de vida à nascença, para homens e mulheres é inferior a 55 anos, as mulheres podem viver até aos 52 anos, em média, enquanto os homens não ultrapassam os 50<sup>6</sup>.

Outras fontes revelam que, o conflito que o país viveu desde a independência, desorganizou o tecido social e económico, provocando o deslocamento da população, e destruição de sistemas

---

<sup>5</sup>*Ibidem*

<sup>6</sup>Relatório mundial de estatísticas da OMS (2014)

tradicionais da atividade económica, de produção de alimentos, de infra-estruturas sociais básicas (como água, saneamento, educação, saúde), das vias de comunicação bem como a distribuição de produtos.

Até á década de 1970, a economia angolana era principalmente agrícola, sendo a cana-de-açúcar, algodão e o café, as principais culturas. Angola produzia em grande escala batata, arroz, banana, cereais, açúcar, pneus, fertilizantes, vidro e aço mas, as culturas que mais se comercializavam eram o algodão, tabaco e a borracha. Angola é também um país rico em recursos minerais, principalmente diamantes, petróleo e ferro etc., sendo segundo maior produtor de petróleo e exportador de diamantes da África subsariana, é também um dos países em que a maior parte da população vive na pobreza<sup>7</sup>.

## **1.2. CONFLITO ARMADO EM ANGOLA (1975- 2002)**

Após o fim da segunda guerra mundial (1945), houve um aumento dos movimentos Pró - independência das colónias do continente africano, mantidos sobre domínio dos países da Europa. Portugal mantinha como colónias Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Segundo Castro (1981), citado na revista de economia Anápolis, o V Congresso Pan-americano realizado em Manchester em 1946, foi um dos fatores importantes para a descolonização. Outro fator relevante foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que se transformou na tribuna do anticolonialismo.

De acordo com Cascudo (1979), vários movimentos populares de libertação surgiram em Angola nas décadas de 50 e 60, com destaque para os que mais protagonizaram lutas antes e depois da independência de Angola, nomeadamente: o MPLA que surgiu em 1956, a FNLA fundada em 1962 e, UNITA fundada em 1966.

Com o fim da ditadura em Portugal em 1974, as perspectivas e independência das colónias tornaram-se uma realidade. No ano seguinte, com a mediação de Kenyatta, presidente do Quénia, foi assinado o acordo de Alvor que, previa a constituição de um Governo provisório português de transição entre os três líderes dos movimentos de libertação de Angola, até a data da independência fixada em Novembro de 1975 e, posteriormente a realização de eleições para uma assembleia política disputada pelos três partidos (Castro 1981).

De acordo com Cascudo (1979), os itens do acordo de Alvor foram ignorados pelas partes envolvidas. Assim, a guerra civil em Angola teve início antes da independência e outros grupos nacionalistas passaram a lutar entre si com objetivo de controlar o país, facto que obrigou Portugal a deixar a colónia antes do prazo estipulado.

---

<sup>7</sup> BFA (2014)

Outras publicações confirmam que a leitura do conflito angolano é vasta e pode ser dividida em dois períodos, sendo estes, a guerra colonial (1961-1974) e a pós-guerra colonial (1975-2002), subdivididos em cinco fases importantes.

Entretanto, o esforço pela independência da colonização portuguesa em Angola iniciou em 1961, marcando assim a primeira fase da guerra contínua que se desenvolveu nos últimos quase 40 anos. A segunda fase (1975), da guerra fase durou alguns meses e envolveu os três movimentos de libertação.

A terceira fase foi uma longa guerra civil (1975-1991), protagonizada fundamentalmente pela UNITA (nos primeiros anos) e pela FNLA, com apoio dos governos dos EUA e da África do Sul, contra o governo do MPLA, que teve o apoio de Cuba e da União Soviética, cujo final foi um acordo de paz que permitiu a transição política para um sistema de Governo multipartidário.

A quarta fase da guerra consistiu numa sucessiva vaga de agressões por parte do exército sul-africano do tempo do *apartheid*, em apoio à UNITA e contra as bases dos movimentos guerrilheiros da Namíbia e África do Sul, instaladas em Angola, que terminou no final da década de 80 com a independência da Namíbia e a queda do regime da África do Sul.

A última e mais destruidora (1992-2002), motivada pela recusa pela UNITA dos resultados das primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1992, reconhecidos pelas Nações Unidas e, que só terminou com a morte do líder Jonas Savimbi a 22 de Fevereiro de 2002 e, conseqüentemente a 4 de Abril do mesmo ano foi assinado no Luena, o memorando para o cessar-fogo definitivo por altos militares das FAA e da UNITA.

### **1.2.1. CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO EM ANGOLA**

Fontes escritas da época do conflito referiam que Angola parecia repartida em duas nações, das quais, uma que obedecia o comando do quartel-general da UNITA e outra ao Governo. O conflito armado angolano foi reconhecido internacionalmente como um dos mais sangrentos e sofisticados de todos os conflitos africanos. As estatísticas oficiais apontam para 500.000 mortos no período entre (1961 e 1991) e, na fase posterior a 1992, a ONU calculava que morriam 1000 pessoas por dia.

A questão das mortes e da destruição é uma das conseqüências do conflito, sendo as mais evidentes, penosas com a destruição das infra-estruturas e da economia, existência de campos minados, mutilados, refugiados e pessoas deslocadas. As cidades cresceram de forma desordenadas, com o aparecimento de pessoas sem condições de subsistência que procuram localidades seguras para residirem.

O relatório do PNUD de 2002, estimava a existência de 4 milhões de deslocados, num total de 14.228 mil habitantes, com base nas estatísticas oficiais de Angola. Walter (2007), refere que, ao longo dos anos, as grandes despesas com a defesa e a segurança, desviaram dinheiros públicos dos sectores



sociais (educação, saúde, infra-estruturas básicas) cruciais para o crescimento económico, a criação de emprego, o combate à pobreza e, o crescimento do bem-estar da população.

Outra consequência é o custo financeiro da guerra civil com estimativa de aproximadamente 1 milhão de Dólares norte – americanos por dia, gasto pelo Governo angolano e pela UNITA, recursos provenientes da exploração do petróleo e dos diamantes. Esses factos representaram uma diminuição da força de trabalho e do progresso tecnológico, levando o país a miséria.

Tati (2009) afirma que o ministério da saúde em 2004 geriu graves problemas sociais e de saúde pública nas populações, com a destruição de infra-estruturas específicas (como hospitais e postos de saúde), desestruturação das famílias, risco do aumento das doenças endémicas (malária, tuberculose, sarampo etc.), somando a mortalidade infantil e materna. A grave situação económica do país inviabilizou o apoio governamental a muitas instituições sociais, fazendo com que as condições de vida quotidiana espelhassem a degradação das infra-estruturas sociais.

O Ministério da Saúde e o PNUD em 1998 estimavam que cerca de 10 milhões de minas terrestres tinham sido espalhadas pelo território nacional com prejuízo das atividades económicas e sociais. Qualquer uma das forças militares internas e externas envolvidas no conflito usaram minas terrestres de forma convencional (localizáveis através de croquis<sup>8</sup>) e não convencional (na vertente de guerrilha, sem nenhuma norma específica para o emprego das mesmas (Freire, 2007).

### **1.2.2. O PROBLEMA DAS MINAS TERRESTRES EM ANGOLA COMO CONSEQUÊNCIA DO CONFLITO ARMADO**

No sentido de aprofundar os conhecimentos sobre o problema das minas, foram consultadas várias edições do relatório do *Landmine Monitor* publicados desde a primeira edição (1999) até a mais atual (2014).

Apesar de existirem vários tipos de minas, nesta abordagem faremos referência apenas as minas terrestres. Entende-se por minas terrestres, artefactos projetados para explodir quando, pressionados ou acionados através de um fio tropeço e, são geralmente encontrados no solo ou abaixo dele, de acordo com o relatório do *Landmine Monitor* (LMR, Genebra, 2001). A mesma publicação refere que, apesar de existirem mais de 250 variedades de minas terrestres, elas podem ser reduzidas a duas categorias: Anti-Pessoal (AP)<sup>9</sup> e Anti-tanque (AT)<sup>10</sup>. A função básica desses dois tipos de minas é a mesma: matar, ferir ou mutilar pessoas próximas a estes artefactos após a sua explosão e, destruir

---

<sup>8</sup> Croquis de locação de minas implantadas pelo exército Sul-africano foral entregues ao Ministério de Defesa Angolano em 2008 em uma cerimónia conjunta com a CNIDAH

infra-estruturas, com algumas diferenças-chaves entre elas. Os UXO são conhecidos como engenhos explosivos não detonados e ERG como Engenhos remanescentes de guerra (LMR, Genebra, 2001).

Segundo estas publicações, as minas terrestres foram concebidas para dois usos principais - para criar barreiras táticas militares e para atuar como zona de impedimento do acesso às áreas de circulação de militares e civis (LMR, Genebra, 1999). As minas AP são usadas para matar ou ferir combatentes inimigos e não destruir veículos, ao contrário das minas AT que são usadas para imobilizar ou destruir veículos e seus ocupantes.

A grande maioria dessas minas são colocadas em estradas e pontes, cabos de alta tensão, barragens, grandes áreas livres onde os tanques podem circular, etc. Nenhuma das táticas convencionais e normas sobre o emprego de minas se aplicam quando se trata de guerrilha. De acordo com o dicionário Porto Editora, a guerrilha significa força militar ou bando armado, que não segue as normas estabelecidas nas convenções internacionais, de efetivo reduzido, armamento normalmente ligeiro, muito móvel, que atua de surpresa. Na guerrilha, as minas são usadas de forma defensiva (em posição ou áreas específicas), as áreas minadas não são marcadas, geralmente as minas são colocadas isoladamente e abandonadas (LMR, Genebra, 1999).

Como acontece em outros países africanos, a tática de guerrilha foi aplicada em Angola durante o conflito armado, com várias frações a fazerem uso de uma vasta gama de armamento incluindo as minas terrestres e UXO. Por outro lado, o não cumprimento destas normas, tornaram-se na razão evidente do risco permanente no seio da população civil e a existência de áreas, comunidades, estradas, pontes etc., minadas de maneira desordenada e/ou não convencional. De certa forma, este cenário contribuiu para a existência de inúmeras áreas suspeitas de contaminação com minas (ASM) ou *SHA* e comunidades ou localidades impactadas com minas em Angola.

As minas terrestres foram uma constante do conflito angolano (1961 a 2002). Foram usadas em grande quantidade por todas as partes envolvidas (LMR, 2003, p. 78-79). Foram usadas essencialmente para defender cidades estrategicamente valiosas e importantes infra-estruturas, como pontes, aeroportos, ferrovias, barragens e linhas elétricas. Também foram colocadas em estradas e caminhos para impedir o movimento de forças opostas, para despovoar algumas áreas, impedindo o acesso à fonte de água, campos agrícolas, de acordo com o LMR (2004).

Como consequência, o emprego das minas e UXO em Angola, contaminaram as 18 províncias a vários níveis, causando implicações negativas do ponto de vista da segurança das pessoas e do ponto de vista sócio – económico nas comunidades locais e na sociedade de modo geral (CNIDAH, 2003). Após o conflito, as minas e UXO impediram a livre circulação de pessoas e bens, privando a população do acesso aos serviços sociais básicos nomeadamente: o acesso à água, à terra para cultivo,

à zona comercial, posto de saúde e as principais vias de comunicação com consequências negativas para o transporte de pessoas e bens<sup>11</sup>.

Estes artefactos impediram igualmente a recuperação imediata das estradas (primárias, secundárias e terciárias), pontes, caminhos-de-ferro, barragens, fábricas, hospitais, escolas etc., Outra implicação económica está relacionada com a própria desminagem por ser bastante morosa e financeiramente dispendiosa.

Do ponto de vista de segurança humana, as minas são consideradas armas com efeito indiscriminadas, podendo ser acionadas por inocentes. A abordagem do relatório do comité internacional de assistência às vítimas e reintegração socio-económica em 2002 “repousa sobre o fundamento de que, uma vítima de minas deve ser entendida em três níveis de definição: os indivíduos diretamente afetados, suas famílias e as comunidades afetadas com minas” (GICDH, 2008). A mesma publicação reforça que, vítimas de minas são "aqueles que, individualmente ou coletivamente, tenham sofrido danos físicos ou psicológicos, perda financeira ou diminuição substancial dos seus direitos fundamentais, atos ou omissões relacionadas à utilização de minas”. Esta abordagem chama a atenção para a amplitude de vitimização causada por minas terrestres e UXO, sendo que, o uso indiscriminado dessas armas deixa grandes extensões de terra inacessível.

Com a paz em 2002, o movimento de pessoas e bens aumentou consideravelmente. Por conseguinte, o relatório da OCHA de 2003 refere que, entre Junho e Setembro de 2002, centenas de milhares de deslocados regressaram às áreas de origem. O fluxo de pessoas contribuiu para o aumento de acidentes com minas envolvendo pessoas, animais e veículos entre 2002 e 2003 (LMR, 2003).

Dados estatísticos da CNIDAH sobre as vítimas de minas, revelam que foram registadas 48 vítimas em 2006, 23 em 2007, 247 em 2008, 36 em 2009, uma em 2010 e 78 em 2011. O número total de vítimas de minas em Angola é desconhecido, embora as estimativas variem de 23.000 a 80.000. Entre 2000 e 2011, as publicações do *Landmine Monitor* identificaram a existência de 2.823 vítimas de UXO, incluindo 941 mortos, 1.737 feridos e 145 desaparecidos. Entre 2006 e 2011, a CNIDAH registou 433 vítimas de UXO, incluindo 77 mortos e 356 feridos.

O relatório anual da CNIDAH de 2014 ressalta que a investigação de acidentes e fruto da observância dos padrões operacionais dos operadores e das normas nacionais e internacionais em vigência registou-se um decréscimo no número de acidentes com minas. Assim, a área de investigação de acidentes tomou conhecimento de 9 acidentes que resultaram na morte de 9 pessoas, uma viatura destruída e o ferimento de 17, entre cidadãos comuns e técnicos de desminagem.

As vítimas não são as únicas que sofrem, suas famílias também sentem o efeito da força de trabalho perdida e o aumento dos custos do tratamento e reabilitação. Além disso, o perigo de minas significa que algumas famílias podem não ser capazes de gerar o seu nível normal de rendimento com

---

<sup>11</sup>*Ibidem*

o medo da insegurança na circulação, assim o impacto social e económico sobre a família pode ser significativo.

Quadro nº 1 - Acidentes ocorridos entre 2006 e Março-2015

Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Mortos	14	9	116	22	12	13	13	9	6	1	215
Feridos	34	18	231	30	14	34	17	017	2	2	399
Máquinas e viaturas destruídas	10	5	16	6	3	0	0	1	0	0	41

Fonte: Base dados CNIDAH (2015)

O Impacto socio-económico da contaminação com minas terrestres é outra consequência que se pode compreender nas leituras feitas. A abordagem sobre o impacto socio-económico da contaminação com minas refere que, o que deve ser reconhecido em primeiro lugar é o seguinte: a presença de minas terrestres não é, por si só, o problema, mas o modo como as pessoas são afetadas pelas minas constitui o problema. Em 2004, o GICHD afirmou no seu relatório que o impacto socio-económico da contaminação com minas nas comunidades não está restrita ao número de pessoas que mata ou fere nos países afetados. O impacto mais significativo é o bloqueio que causa no acesso das populações necessitadas, no agravamento da situação de pobreza e impedindo-lhes a assistência externa.

Neste contexto, o impacto socio-económico da contaminação com minas é definido como o impedimento, o choque ou a pressão exercida sobre determinada população, comunidade no seu quotidiano, na vivência normal e no desenvolvimento em geral (LIS, 2007).

Uma Comunidade ou localidade é considerada impactada com minas quando: 1- a presença destes artefactos causam bloqueios quer ao nível social, económico, quer ao nível institucional (acesso ao poço de água, ao rio, a estrada, ao campo agrícola, ao hospital, à escola etc.); 2- quando existe um número considerável de vítimas de minas; 3- o tipo de mina empregue é outro fator a ter em conta<sup>12</sup>.

O mesmo relatório define três níveis de impacto: (1) nível Alto - diz respeito as áreas com bloqueios considerados graves (exemplo: o acesso à água para a vida e para subsistência, à área agrícola etc.) associada a falta de alternativas para população; (2) nível Médio - corresponde as áreas em que, apesar dos bloqueios, a população tem alternativas de vida (exemplo: acesso às infra-estruturas de apoio, aos transportes, à escola, ao posto de saúde etc.) e, (3) nível Baixo - áreas bloqueadas com minas sem impedimento à vivência normal das pessoas.

---

<sup>12</sup>*Ibidem*

O nível de impacto tem influência nas comunidades podendo permanecer privadas dos serviços sociais básicos. Os níveis de impacto alto e médio estão associados às múltiplas privações e consequentemente a condição de vida, o quotidiano das populações nas comunidades impactadas.

Em várias publicações e principalmente o relatório anual da CNIDAH de 2003 sobre o panorama da ação contra minas, ressalta que, em Angola não há números precisos do total de minas implantadas no solo. Durante a missão de verificação da ONU em Angola, a extensão real do problema da contaminação com minas não era conhecido até a realização do inquérito de impacto de minas realizado pela ONG americana SAC concluído em 2007.

De acordo com o PEAM 2006-2011, o Governo de Angola (através da CNIDAH) assinou um acordo com a SAC, ONG especializada em pesquisa de ação contra minas. Assim, foi realizado entre Abril/04 e Maio/07, o levantamento sobre o impacto sócio-económico da contaminação com minas nas comunidades, denominado *LIS (LandMine Impacto Survey)*. O mesmo foi autenticado pelo Comité de Certificação da ONU e, foram publicados os seguintes resultados:

- 1.988 Comunidades impactadas com minas nas 18 províncias
- No período em causa mais de 2.2 milhões de angolanos encontravam-se afetados diariamente pela presença de minas terrestres e ERG (estas estimativas representavam aproximadamente 20 por cento de toda população);
- Existiam cerca 420-460 vítimas de minas nos últimos dois anos anterior da realização do *LIS*;
- 1.900 Localidades ou áreas de reassentamento estavam contaminadas com minas/ERG em aproximadamente 2.700 áreas suspeitas de contaminação – isto representava 8 por cento das comunidades do país. 2 Por cento das mesmas comunidades afetadas eram categorizadas como sendo de alto impacto, enquanto 24 por cento eram consideradas de médio impacto e, 74 por cento de baixo impacto, de acordo com o mecanismo de contagem do *LIS*;
- Existiam aproximadamente, 2900 *SHA* que cobriam uma área total de aproximadamente 1300-1400 km<sup>2</sup>. Era significativamente inferior em relação aos resultados previamente estimados pelas agências das Nações Unidas, mas ainda na altura representam 130 anos de atividades de remoção de minas/ERG, com base no ritmo nacional de remoção de 10 km<sup>2</sup>/ano;
- Entre 2004 e 2007 os bloqueios sócios – económicos mais significativos identificados pelo *LIS* foram: 50 por cento das comunidades afetadas, tinham acesso limitado à terra agrícola; 21 por cento das comunidades afetadas tinham acesso limitado à terra não agrícola (lenha, materiais de construção e ervas) e; 10 por cento das comunidades afetadas tinham igualmente acesso limitado às estradas e caminhos.

O PEAM 2006-2011 reafirma que o *LIS* proporcionou um quadro mais preciso, sobre o impacto socioeconómico da contaminação com minas/ERG nas comunidades de Angola e, forneceu a base para facilitar um planeamento detalhado e definição de prioridades a níveis nacional e provincial

para o sector da ação contra minas nos anos seguintes. Além dos dados do LIS, as infra-estruturas continuavam gravemente afetadas pela presença das minas.

Quadro nº 2 - Sumário dos resultados de levantamento do impactosócio-economico de minas em Angola (2004-2007)

<b>Província</b>	<b>Nº Total das comunidades impactadas</b>	<b>Áreas suspeitas</b>	<b>População afetada</b>
Moxico	290	522	170.700
Bié	282	443	322.970
K. Kubango	171	325	393.728
Uíge	171	312	134.030
Kwanza Sul	169	269	177.858
Huambo	153	206	267.373
Benguela	127	190	139.736
Kunene	126	160	211.258
Malange	88	165	114.872
Bengo	74	116	80.833
L. Sul	73	151	66.388
Huila	72	108	81.521
Zaire	66	106	48.968
K. Norte	64	125	108.052
L. Norte	30	45	30.888
Cabinda	27	37	11.696
Namibe	3	11	6.560
Luanda	2	2	8537
<b>Total</b>	<b>1.988</b>	<b>3.293</b>	<b>2.376.068</b>

Fonte: Relatório do LIS (2007)

Com base nos dados observados nos quadros, nº 2 e 3, a província do Huambo entre 2004 e 2007 (na altura da realização do LIS), um total 153 Comunidade encontravam -se impactadas das quais (2 comunidades de alto, 36 de médio e 115 de baixo impacto), 206 áreas eram apontadas como suspeitas de estarem minadas e o nº de populações afetadas era de 267.373.

Quadro nº 3 Comunidade identificados por províncias e níveis de impacto de minas 2004-07

Províncias	Comunidades impactadas			
	Alto	Baixo	Médio	Total Geral
Bengo		59	15	74
Benguela	3	105	19	127
Bié	1	220	62	283
Cabinda		27		27
Huambo	2	115	36	153
Huíla	1	62	9	72
Kuando Kubango	1	136	34	171
Kunene		119	7	126
Kwanza Norte	3	39	22	64
Kwanza Sul	6	129	33	168
Luanda		1	1	2
Lunda Norte	2	23	5	30
Lunda Sul	1	41	31	73
Malanje	4	44	39	87
Moxico	15	169	107	291
Namibe		2	1	3
Uíge		143	28	171
Zaire		54	12	66
<b>Total Geral</b>	<b>39</b>	<b>1.488</b>	<b>461</b>	<b>1.988</b>
<b>Percentagem</b>	<b>2%</b>	<b>75%</b>	<b>23%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório do LIS, 2007

## **CAPÍTULO II- INTERVENÇÃO DO ESTADO ANGOLANO NO PROBLEMA DAS MINAS TERRESTRES**

### **2.1. INTRODUÇÃO**

Com o fim do conflito e conseqüentemente a assinatura dos acordos de paz, o Governo angolano pôs em curso vários programas e projetos, tendo em atenção as transformações de novos fatores como a consolidação da paz de que referimos; a reposição da administração do Estado em todo território nacional; a constatação de novos valores como elementos essenciais de desenvolvimento humano (entre estes, os valores de desenvolvimento sustentável, da cidadania livre e empreendedora) que, coexistem com outros valores tradicionais da administração do território como por exemplo, o reordenamento, as infra-estruturas, os serviços sociais básicos etc.

É nesta ordem, que é apresentado um dos principais documentos da política do Governo publicado no período imediatamente pós-conflito (2003) que, constitui o fundamento da “Estratégia de Combate à Pobreza (ECP)”, elaborado nos termos das Nações Unidas para o período de 2004-2006. A estratégia surgiu num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objetivos e prioridades fixadas nos programas do Governo que, advogava a necessidade de se promover um desenvolvimento económico e social abrangente e sustentável.

É neste contexto, que o Governo teve a oportunidade de apontar como uma prioridade da ECP a garantia da segurança e proteção do cidadão através da desativação das minas e outros engenhos explosivos espalhados pelo território nacional, como condição fundamental para permitir a total liberdade de circulação de pessoas e bens, em particular, no meio rural.

Angola assinou a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Anti-pessoal e sobre a sua Destruição (também conhecida como Tratado de Ottawa) a 04 de Dezembro de 1997 e, ratificou a 5 de Julho de 2002, tornando-se um Estado-Parte no dia 1 de Janeiro de 2003 (LMR, 2004). O mesmo relatório realça que, a Convenção foi aberta para assinatura a 3 de Dezembro de 1997 e entrou em vigor em 1 de Março de 1999. Contudo, a assinatura da Convenção foi o resultado da liderança do Governo do Canadá que em 1992, trabalhou em campanha para o banimento das minas terrestres. O êxito da campanha liderado, por Joly Williams, permitiu que lhe fosse atribuído o prémio Nobel da Paz 1997.

Ao longo dos últimos anos, a universalização do Tratado de Ottawa alcançou 162 Estados Partes, que já destruíram cerca de 50 milhões de minas antipessoal mantidas armazenadas pelos governos. Muitos Estados-Parte pararam a produção e o comércio e passaram a assistir as vítimas de minas, segundo o relatório da campanha brasileira contra as minas terrestres de Junho de 2015.

No âmbito da assinatura da Convenção, Angola afirmava nunca ter fabricado minas anti-pessoal e nunca as ter exportado em períodos anteriores. O relatório do *landmine Monitor* de 2004, não confirmou nenhum caso de utilização de minas anti-pessoal desde que Angola ratificou a convenção



mas, o Governo reconhece a utilização de minas anti-pessoal enquanto um dos signatários. No entanto, Angola completou a destruição do seu arsenal de 88.117 minas anti-pessoal em Dezembro de 2006 e a partir de 2007, informou reter 2.512 minas para fins de formação em cumprimento do artigo 4º da Convenção (CNIDAH, 2007).

Nesta sequência, o Governo de Angola, criou a Autoridade Nacional da Ação contra Minas, a Comissão Nacional Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), criada sob Decreto-Presidencial 54/01 de 14 de Setembro, com as atribuições de coordenação, planeamento, criação de políticas, mobilização de recursos para a ação contra minas, enquanto as funções operacionais de desminagem foram delegadas ao Instituto Nacional de Desminagem (INAD) através do Decreto-lei do Conselho de Ministros n.º 121/03 de 21 de Novembro.

Desde 2004, verificou-se uma evolução notável das instituições. Sublinhe-se que a CNIDAH está sobretudo vocacionada para a coordenação, planeamento, definição de políticas, gestão de informação e garantia de qualidade.

De igual modo foi criada a Comissão Executiva de Desminagem (CED) em 2005, para coordenar as atividades de desminagem dos operadores públicos de desminagem nomeadamente: as GRN (atualmente Casa de Segurança da Presidência da República), FAA e INAD. O INAD está concentrado nas operações de desminagem e administração da Escola Nacional de Desminagem. Em 2003, com o apoio do PNUD, a CNIDAH estendeu as suas atribuições às 18 províncias.

## **2.2. O PROGRESSO DA DESMINAGEM EM ANGOLA**

Antes da atividade de desminagem passaremos a abordar o termo “ação contra minas”. O mesmo está associado a situações humanitárias de emergência, de resposta rápida, ou situações de pós-conflito. A ação contra minas é uma vertente da ajuda humanitária e desenvolvimento de estudos relacionados com as atividades que visam reduzir o impacto das minas terrestres e UXO, na sociedade, na economia e no meio ambiente (LMR, 2002). De acordo com a mesma publicação, esta ação tenta minimizar o impacto das minas como ameaça para a vida das pessoas e entraves ao progresso, reconstrução e desenvolvimento social e económico no pós-conflito.

Como resultado das pesquisas feitas, entende-se que, o amplo domínio da ação contra as minas inclui cinco pilares, nomeadamente: Desminagem, Educação sobre o Risco de Minas, Assistência às Vítimas de Minas, Advocacia e Destruição de Minas Armazenadas. Para além dos pilares tradicionalmente conhecidos, o conceito de ação contra minas evoluiu e, atualmente dispõe de um leque mais vasto de atividades como: inquérito e avaliação, sinalização, cartografia, formação e transferência de capacidades, planeamento, coordenação, gestão e garantia de qualidade (LMR, 2002).

Segundo o relatório do ex-INAROE sobre desminagem humanitária (1999), as atividades de ação contra minas, prevêm também a liberdade de movimento, o direitos à habitação, aos serviços de

saúde, à escola, aos campos de cultivo e, o direito à propriedade da terra, o que coloca o foco na redução da pobreza e no desenvolvimento.

Tendo atenção aos objetivos do trabalho, define-se um dos temas centrais “ A desminagem”. O termo desminagem significa operação de remoção de minas de uma zona terrestre ou marítima (Porto Editora, 2003). De acordo com a guia de ação contra minas do GICD de 2010, a desminagem abrange um leque de atividades que levam à remoção da ameaça de minas terrestres e UXO ou ERG. O documento reforça que a desminagem inclui pesquisa técnica e não técnica, mapeamento, marcação, limpeza e posteriormente a documentação que certifica a entrega das terras desminadas.

Em tempo de paz, este processo é conhecido como desminagem humanitária. De acordo com o artigo sobre minas terrestres publicado em 2008, a desminagem humanitária é outro processo de remoção de minas considerado minucioso de tempo intensivo que, visa localizar todas as minas para que a área terrestre ou marítima seja seguramente usada. As operações de desminagem podem ser divididas em militares e humanitárias (LMR, 2000).

Atualmente, a desminagem humanitária é considerada como a resposta das preocupações do impacto que as minas causam no seio das populações e das comunidades (IMAS, 2007).

Enquanto a desminagem militar tem um propósito tático de desminar vias de acesso e abrir brechas nos campos de minas inimigos, a desminagem humanitária beneficia civis, em zonas afetadas com minas e engenhos explosivos e é regulada por um conjunto de critérios estabelecidos pela ONU e a comunidade de ação contra minas. Para a ONU, a essência da desminagem humanitária é a remoção completa de todos os engenhos explosivos (minas anti-pessoal, anti-tanque e UXO) de uma certa zona. Nesta ordem de ideias, as agências ou instituições que participam nas operações de desminagem humanitária, são chamadas operadores de desminagem. Tal como está definido nos critérios do PNUD, a desminagem humanitária pode ser executada por instituições governamentais, ONG nacionais e internacionais, agências das Nações Unidas e outros atores, como instituições públicas, humanitárias nacionais e internacionais, empresas e unidades militares.

### **2.3. RESULTADOS OPERACIONAIS DA DESMINAGEM DE 1992 A 2015**

Segundo o relatório de atividades de 2001 do ex-INAROE, a desminagem humanitária em Angola teve o seu início entre 1994 e 1995, ainda na altura do conflito armado. Na época, o domínio da desminagem humanitária abrangia atividades como a pesquisa de minas terrestres, campanha de sensibilização contra acidentes com minas, marcação de áreas minadas e documentos em mapas, desminagem de áreas suspeitas e controlo de qualidade. Nas suas ações, os operadores de desminagem combinam os métodos de detenção manual, mecânica e canina.

No período 1994-2003, vinte e seis organizações participaram nos projetos do sector da ação contra minas no geral e, particular nas operações de desminagem humanitária nomeadamente: ONG internacionais (INTERSOS, Cap. Namur, CARE, MgM, MAG, APN, Fundação Santa Barbara, The

Halo Trust), PNUD, INAROE, FAA e algumas empresas privadas. Não existiam ONG nacionais de desminagem.

A título de exemplo, segundo o relatório da CNIDAH de 2003, durante este ano foram desminadas ou limpas cerca de 10.000 km de estradas, pelas brigadas das FAA e ONG de desminagem humanitária. No mesmo período foram igualmente desminados cerca de 500.000 m<sup>2</sup> de campos de batalha e 3.500.000 m<sup>2</sup> de campos de minas, com a remoção de 14.726 minas anti-pessoal, 1.045 minas Anti-Tanque e destruídos 71.596 UXO, 95.166 outras munições e engenhos e 1.000 toneladas de materiais explosivos armazenados.

Em 2004, o relatório da CNIDAH sobre a panorâmica do programa de ação contra minas em Angola, confirmou a limpeza de 3.496.569 m<sup>2</sup> campos minados, com a remoção de 2.393 deminas Anti-pessoal (11 por cento) mais baixo do que o correspondente ao ano de 2003), 633 minas Anti-tanque (mais elevado 21 por cento do que o corresponde ao ano de 2003 em que removeu-se 522). Os resultados alcançados ocorreram tanto na desminagem manual como na mecânica e, foi refletido na capacidade desenvolvida pelas ONG internacionais.

No Período de transição da emergência para o desenvolvimento (2004-2005), a ajuda humanitária era coordenada pela ONU (PNUD, OMS, OCHA e UNICEF). A CNIDAH no âmbito da promoção da política do sector de ação contra minas incentivou, a criação de ONG nacionais de desminagem, ERM e AVM no sentido de aumentar a capacidade nacional neste domínio.

De 2006 a 2011, Angola aumentou a capacidade organizativa com a criação da CNIDAH como órgão reitor para as funções de conceção e coordenação da política de ação contra minas, extinguiu o INAROE e conseqüentemente criou o INAD para as funções operativas (CNIDAH, 2008). Qualquer uma destas instituições beneficiou da assistência técnica do PNUD com apoio financeiro da União Europeia, EUA, Governo Japonês e outros Doadores. O relatório reforça que neste período, também registou-se o aumento significativo da capacidade humana e técnica por parte dos operadores com o incentivo da CNIDAH para a criação de ONG nacionais de desminagem e, com a criação (em 2005) da Comissão Executiva de Desminagem (INAD, FAA, GNR e PN), braço operacional do Governo para intervenções de desminagem em apoio aos projetos de reconstrução de infra-estrutura e desenvolvimento em todas as províncias.

O Governo angolano reforçou a capacidade da escola de desminagem do INAD com apoio do PNUD. As sete ONG foram os operadores de desminagem predominantes até 2007. Segundo o relatório anual da CNIDAH de 2012, foram constituídas cerca de nove ONG nacionais de desminagem que em geral, concentram-se seus esforços nas prioridades dos Governos provinciais, com base nos resultados LIS. Foram igualmente constituídas cerca de 108 empresas de desminagem (atualmente cerca de 24 no ativo), para juntamente com a CED intervirem no processo, com financiamento significativo do Governo para ações de desminagem em apoio aos projetos e programas sociais e económicos. No total, Angola conta com aproximadamente 126 instituições de desminagem (ONG nacionais e internacionais, a CED e empresas), segundo a base de dados da CNIDAH. Importa

ressaltar que nem todas se encontram em plena atividade operacional por falta de financiamento, segundo relatório anual da CNIDAH de 2012.

Quadro nº 4 - Resultados operacionais globais das ONG nacionais, internacionais, CED e empresas privadas (1996 a Abril de 2015)

<b>Designação</b>	<b>1996 - 2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Total Geral</b>
Engenhos Explosivos não Detonados	1.897.037	36.008	272.144	92.401	59.909	67.313	200.585	106.435	2.930.047	14.220	<b>5.676.099</b>
Minas Anti-Pessoal	94.516	42.036	238.079	47.283	4.989	7.139	5.576	3.027	4.037	409	<b>447.091</b>
Minas Anti-Tanque	11.152	3.432	4.596	3.611	523	778	511	157	544	18	<b>25.322</b>
Material Letal, Kg	1.491.512	201.706	131.985	84.331	554.682	292.012	10.571	16.590	29.183	-	<b>2.812.572</b>
Metais Diversos	-	-	-	1.472.702	1.788.134	1.036.777	1.824.650	1.912.212	1.991.174	306.871	<b>10.332.520</b>
Extensão de Estrada Desminada, Km	81.111	5.133	8.092	4.293	1.069	1.230	2.311	1.897	1.017,62	44,165	<b>106.197,79</b>
Extensão de Caminho-de-ferro Desminado, Km	2.309	211	440	240	-	-	18	-	-	-	<b>3.218</b>
Extensão de Fibra Ótica, km	-	-	2.330	2.994	4.676	-	-	-	5,5	-	<b>10.006</b>
Extensão de L.T.E.E.A.T. e Canal de Irrigação Km	929	454	302	1.748	1.863	252	124	582	1.065,72	129,283	<b>7.449,00</b>
Linha Sísmicas km	-	7.134	5.110	8.140	6.310	10.104	15.011	317	33	-	<b>52.159</b>
Área Limpa m²	330.851.906	98.793.526	397.457.439	480.502.833	295.509.466	525.694.298	392.524.565	582.462.335	333.385.429	3.205.381	<b>3.440.387.178</b>

Fonte: Base dados CNIDAH (2015)

No relatório anual de 2013 da CNIDAH, consta que na província do Huambo vários operadores de desminagem com particular destaque para o INAD, FAA, as ONG Apacominas, The Halo Trust e algumas empresas privadas desminaram estradas, pontes sobre rios e linha férrea, áreas habitacionais, áreas agrícolas e de pasto, de reassentamento, reservas fundiárias, campos de batalha, bermas de rios, arredores dos aeroportos. Dados recentes da província no capítulo da desminagem, confirmam que em 2013, foram desminados 75.057m<sup>2</sup> e removidas 1662 minas e 125 UXO (CNIDAH, 2013). O relatório da mesma instituição confirma também que em 2014 foram desminadas 726.327 m<sup>2</sup> com a remoção de 9 minas e 454 UXO.

Quadro nº 5 - Situação atual das comunidades impactadas com minas Setembro, 2015

<b>Províncias</b>	<b>Alto</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Sem Impacto</b>	<b>Total Geral</b>
Bengo		53	14	14	81
Benguela		1		133	134
Bié		2		286	288
Cabinda		27			27
Huambo				153	153
Huíla		16		56	72
KuandoKubango				171	171
Kunene		106	6	14	126
Kwanza Norte		3		61	64
Kwanza Sul		24	7	146	177
Luanda			1	1	2
Lunda Norte	1	23	10	2	36
Lunda Sul	1	39	28	5	73
Malanje		10	2	85	97
Moxico	6	113	54	138	311
Namibe		2	1		3
Uíge		19	2	152	173
Zaire		1	1	64	66
<b>Total Geral</b>	<b>8</b>	<b>439</b>	<b>126</b>	<b>1481</b>	<b>2054</b>

Fonte: Base de dados CNIDAH (2015)

## 2.4. RECONSTRUÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS NO PERÍODO PÓS CONFLITO ARMADO EM ANGOLA

Após o conflito armado que provocou a destruição de infra-estruturas aos mais diversos níveis, ruturas nos mecanismos de funcionamento económico, na geração de tecidos económicos associados ao conflito, crescimento desajustado de alguns sectores, associada a pretensão em afirmar-se como potência africana, Angola viu-se perante a necessidade de reconstruir equipamentos como suporte para o desenvolvimento dos sectores da saúde, educação, energia, água, saneamento básico, infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, transportes e telecomunicações, de acordo com os dados do Banco Mundial de 2005.

Perante a necessidade de desenvolvimento, o Governo angolano declarou a reconstrução do país como prioridade nacional com a aprovação de vários instrumentos de suporte, nomeadamente: Estratégia de Combate a Pobreza - ECP com o foco para a Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica (2003), Programa de Investimentos Públicos -PIP (2003), Programa Geral do Governo (bianuais), desde 2004, Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo "Angola 2025" (2007), Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo 2009-2013 (2008), Plano Nacional de Desenvolvimento - PND 2013-2017 (2012). Paralelamente aos desafios internos, Angola tem em atenção outros instrumentos internacionais para o alcance dos seus objetivos que merecem destaque como: a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social (1995), a Cimeira do Milénio<sup>13</sup> (2000), Nova Parceria para o Desenvolvimento de África -NEPAD (2001)<sup>14</sup>.

Para além da realização de tarefas de consolidação do processo de paz, o Governo teve igualmente as tarefas da promoção da reconciliação nacional, reinserção social dos desmobilizados e suas famílias e dos deslocados de guerra, asseguramento da administração do Estado em todo o território nacional, de reabilitação das infra - estruturas para a provisão dos serviços de saúde e de educação, reabilitação das infra-estruturas económicas, asseguramento do ambiente macroeconómico estável para o relançamento da economia nacional, de fomento e incentivo da atividade económica e restabelecimento da normalidade constitucional, conforme o programa do Governo para o período de 2003-2004.

A partir de 2002, a reconstrução das infraestruturas destruídas durante a guerra tornou-se um desafio para Angola e, o sector da construção e obras públicas em particular iniciou a expansão com maior dinamismo nos últimos anos, a uma média anual de cerca de 40 por cento nos anos de 2003

---

<sup>13</sup>Esta fixou oito objetivos principais para o desenvolvimento humano. Os objetivos de Desenvolvimento do Milénio, designadamente: (i) a erradicação da pobreza e da fome, (ii) o acesso universal ao ensino primário; (iii) a promoção de igualdade de género e capacitação da mulher; (iv) a redução da mortalidade infantil, (v) a melhoria da saúde materna; (vi) e combate ao VIH/SIDA, malária e outras doenças; (vii) a promoção de um ambiente sustentável; e (viii) o desenvolvimento de parcerias globais para o desenvolvimento. Associadas a estes objetivos, foram estabelecidas metas a atingir até 2015, da qual se destaca o compromisso de reduzir para metade o número de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar diário.

<sup>14</sup> Estratégia vital para a afirmação do continente africano no contexto internacional e para a redução das disparidades existentes entre África e o mundo desenvolvido.

a2008. Em 2014 o seu contributo para o PIB foi de 10 por cento, sendo considerado o quarto principal sector da economia não-petrolífera, também denominado "nova economia", a seguir a indústria transformadora e dos serviços mercantis (PBI, Janeiro, 2015).

Na sequência deste programa, o Governo continuou a priorizar o investimento nas infra-estruturas económicas e sociais, designadamente: a reabilitação e construção de infra-estruturas de transporte (redes viárias, ferroviárias, portos e aeroportos) e um sistema de transporte integrado; reabilitação e construção de barragens; reabilitação e construção dos sistemas de produção e distribuição de água e eletricidade e a reabilitação e construção de canais de irrigação agrícola. Outro desafio inadiável para Angola no período pós conflito foi a não dependência do sector petrolífero e a diversificação urgente da economia, passando pela modernização e pelo desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais, a promoção do investimento público e privado e a formação, qualificação e gestão adequada dos recursos humanos.

Neste quadro, as medidas para incentivar a economia do interior no país foram tomadas, com maior destaque para os esforços do Governo na limpeza dos campos minados para a promoção da segurança humana, a livre circulação de pessoas e bens e a execução de programas, projectos e acções. Na perspectiva de intervenção de âmbito local, o Governo face a situação dos baixos níveis de desenvolvimento humano, traduzidos na insatisfação das elementares necessidades humanas para uma parcela bastante significativa da população, considerou o homem o principal fator para executar os Programas Provinciais de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações (PMAOSSBP). A abordagem deste trabalho, esta focalizada na província do Huambo.

#### **2.4.1. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA E AUMENTO DA OFERTA DOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS ÀS POPULAÇÕES (PMAOSSBP) NA PROVÍNCIA DO HUAMBO**

##### **2.4.1.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DO HUAMBO**

A província do Huambo fica situada na região centro-oeste de Angola, confinando a nordeste e a leste com a província do Bié, a Sul com a província da Huíla, a Oeste com a província de Benguela e a Noroeste com a província do Cuanza Sul. Sendo uma das menores de Angola, a província estende-se por uma superfície de 34.274 Km<sup>2</sup> e uma população de 1.896.147, o que corresponde a 7,8 por cento da população total (Censo, 2014). Possui onze municípios: Bailundo, Caála, Catchiungo, Ekunha, Huambo, Longuimbale, Longonjo, Mungo, Tchicala-Tcholoanga, Tchindjenje. Huambo foi a província com maior população de Angola até antes da Guerra Colonial (na época designada Nova Lisboa). A sua capital é o município do Huambo. A economia é essencialmente voltada para a área de extração de minerais e agropecuária, que representa 76 por cento da atividade económica, enquanto a área industrial ainda está em fase de recuperação das consequências do pós-conflito.



Durante o conflito armado as minas afetaram de forma significativa as infra-estruturas vitais, como por exemplo estradas primárias e secundárias, troços extensos do caminho-de-ferro haviam sido minados. A distribuição de água e da rede elétrica para o Huambo e a maioria do país encontrava-se fechada devido a prática de minagem nos postos de alta tensão de eletricidade, reservatórios de água e barragens. No que diz respeito ao problema da contaminação com minas no Huambo, entre 2004-2007, os resultados do LIS, confirmaram que a situação do impacto socio-económico de minas na província indicava um total de 153 comunidades impactadas (2 comunidades de alto, 36 de médio e 115 de baixo impacto). Em 2012, o relatório anual da CNIDAH confirmava que o quadro tinha sofrido alterações e, os resultados apontavam zero comunidades de alto, 2 de médio, 25 de baixo e 126 sem impacto. Atualmente, o quadro apresenta 153 comunidades sem impacto e 42 campos de minas confirmados (todas as áreas suspeitas forma confirmadas como minadas), como resultado da limpeza e desacreditação das áreas minadas conforme se pode observar na base de dados da CNIDAH.

#### **2.4.1.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PMAOSSBP NA PROVÍNCIA DO HUAMBO**

Em 2002 o Programa Geral do Governo de Angola apontava como principais objetivos programáticos: 1. Consolidar o processo de paz e promover a reconciliação nacional; 2. Combater a fome e a pobreza e promover a estabilidade social, por via de: 2.1. Alcance da estabilidade macroeconómica; 2.2. Melhoria dos serviços sociais, nomeadamente de saúde, de educação e de assistência social; 2.3. Melhoria das infra-estruturas económicas e promoção do crescimento económico, sobretudo do sector não-petrolífero; 2.4. Valorização dos recursos humanos nacionais; 3. Capacitar as instituições do estado e assegurar a administração do Estado e da justiça em todo o território nacional; e 4. Criar as condições para a realização de eleições gerais.

O PMAOSSBP constitui um dos instrumentos fundamentais da administração local para atender as carências das populações, através da reabilitação de infra-estruturas produtivas e sociais. O programa contém um conjunto de intervenções que concorrem para o alcance dos objetivos gerais e específicos consagrados no PGG para período em estudo (2003-2008), sendo de realçar que devidas as suas características, as ações que o integram respondem fundamentalmente, os seguintes objetivos específicos do Governo: melhoria da prestação de serviços sociais básicos e promoção da harmonia social; reabilitação de infra-estruturas; diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços; revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais; redução significativa da fome e da miséria.

A concretização das ações previstas também previa de forma contínua e progressiva, proporcionar as condições indispensáveis ao retorno das populações às zonas de origem, bem como garantir os meios necessários à segurança alimentar e à participação das populações nas atividades de combate à fome, à pobreza e ao analfabetismo. Estas ações procuraram ainda atenuar as assimetrias

inter e intra municipais, privilegiando um desenvolvimento harmonioso dos municípios que conformam o território da Província.

O Governo aprovou o primeiro PMAOSSBP (2003-2004) em 2002 e, seus objetivos centraram-se, para além da consolidação da paz, em assegurar o funcionamento da administração do Estado em todo território nacional, estender os serviços sociais básicos de saúde e de educação a toda a população (em especial as mais carenciadas), reabilitar as infra-estruturas económicas e sociais de base, e promover um ambiente económico e social estável com vista ao desenvolvimento da atividade económica, executado nos biénios 2003-2004, 2005-2006, e 2007-2008, razão pelo qual, para este estudo, o período em análise é de 2003 a 2008. Entre 2003 e 2004 O PMAOSSBP na província do Huambo apresentavam seguinte diagnóstico: no sector da educação 125.840 crianças encontravam-se fora do sistema de ensino e 209.047 crianças a estudar ao ar livre. O número de crianças matriculadas passou de 170.181 em 2002 para 381.030 em 2004.

A execução do PMAOSSBP (2003-2004) permitiu a construção de 82 escolas das 156 programadas, sendo reabilitadas e apetrechadas oito escolas primárias, oito de escolas secundárias, a construção de 40 escolas primárias do tipo 3 salas e 26 escolas comunitárias do tipo 3 salas. No geral as ações concluídas neste sector somaram uma oferta de 290 salas de aulas que beneficiou cerca de 26.100 alunos, o que permitiu o ingresso de mais de 16.650 alunos no sistema de ensino. No sector da Saúde, a assistência sanitária às populações desenvolve-se em toda a extensão da província com maior destaque nas sedes municipais. A rede de infra-estruturas sanitárias foi afetada pelo conflito armado, razão pelo qual mais de metade dessa mesma rede estava inoperante.

O sector de infra-estruturas nomeadamente: A água apresentava graves problemas a nível da rede de distribuição devido a falta de recursos financeiros para o efeito. A execução do PMAOSSBP 2003-2004 permitiu abertura de 292 furos de água e um sistema de captação municipal para beneficiar mais de 216 pessoas. Foram abertos outros pontos de água a nível das comunas e aldeias. Quanto a energia eléctrica, a capacidade geradora local era de 25.654 KVA's estando disponíveis apenas 9.854 KVA's, insuficientes para cobrir as necessidades da cidade. A execução do PMAOSSBP 2003-2004 permitiu a reabilitação dos sistemas de produção e distribuição nos municípios do Bailundo, Caála, Chicala - Tcholohanga, Chinjenji, Ekunha, Katchiungo, Longonjo e Ukuma, e os sistemas de distribuição eléctrica nas sedes de comunas do Alto Chiumbo, Alto Hama, Calenga, Calima, Chipipa, Chiumbo, Lépi, Mbav, Sambo e Ussoque.

Em relação as obras públicas, as estradas que ligam a periferia (zonas de grande produção agrícola) aos grandes centros de consumo (sedes comunais e municipais), estavam em elevado estado de degradação e, cerca de 60 por cento das pontes destruídas, o que dificultava a circulação de pessoas e bens. A execução do PMAOSSBP 2003-2004 permitiu a reabilitação da estrada que liga o Huambo ao Bié.

Quadro nº 6 - Situação das principais estradas de ligação de influência na província 2003-2004

Troço de ligação	Direção	Dimensão (Km)	Estado atual
Huambo- Alto Hama	Norte	60	Por reabilitar
Huambo- Caala- Cuima- Catata	Sul	115	Por reabilitar
Huambo – Ukuma - Tchinjaenje	Oeste	112	Por reabilitar
Alto Hama – Bailundo – Cachiungo	Nordeste	100	Por reabilitar
Cruzeiro – Sambo - Chinguar	Sudeste	104	Reab. Parcial
Cuima – Ngove	Sudeste	60	Por reabilitar

Fonte: Relatório de balanço do PMAOSSBP (2004)

Nos transportes terrestres, ferroviários, aéreos e comunicações, à semelhança dos outros sectores, também apresentavam um quadro degradado. Com a reativação do sistema de transporte de passageiros inter municipais e urbanos já se notam melhorias na circulação de pessoas e bens, embora ainda com muitos troços rodoviários intransitáveis e um reduzido número de meios de transporte em 2003 e 2004. Neste período foram reabilitados uma extensão de aproximadamente 137 Km do troço ferroviário no sentido este ao oeste da província, em direção à província de Benguela. Quanto aos transportes aéreos embora o estado técnico da pista reclamasse por intervenções físicas profundas registavam-se um tráfego médio de 1.335 voos de passageiros e 750 voos de carga por mês. A destruição a que foram sujeitos os meios técnicos e respetivos imóveis obrigaram, que se procedesse a reconstrução de quase toda a infra-estrutura de correios, telecomunicações e meteorologia.

Relativamente ao sector económico, agrícola e pecuário, conhecidas como o celeiro de Angola, representam 76 por cento da atividade económica da província do Huambo. Nos períodos 2003-2004, a situação era caracterizada por baixos rendimentos do universo das empresas agrícolas, o que agravava a taxa de desemprego. A produção agropecuária estava centrada em dois sectores: o camponês e o empresarial.

No Comércio, indústria, hotelaria e turismo, existiam 65 unidades industriais do ramo alimentar, ligeiro e pesado, cujas capacidades instaladas estavam subaproveitadas, destacando-se a fábrica de montagem de bicicletas e motorizadas, a fábrica de refrigerantes, as confeções e a moagem de cereais. A indústria extrativa estava inoperante e o comércio formal estava em fase de arranque.

A hoteleira e similares cresceram significativamente nos anos 2003-2004, com destaque para a reconstrução e construção de unidades hoteleiras, bares e restaurantes e na reconstituição de espaços turísticos. Existiam 15 hotéis, 36 pensões e 80 restaurantes, dos quais funcionam apenas 3 unidades

hoteleiras, 4 pensões e 26 restaurantes. No capítulo do sistema financeiro, estavam instalados e a funcionar as agências do Banco de Poupança e Crédito, Banco de Fomento Angola e do Banco Africano de Investimento, realçando-se, que apenas este último instalou balcões nos municípios.

Em resumo, das 251 ações programadas, 143 foram concluídas, 105 ações, em curso passaram para o biénio seguinte (2005-2006) incluindo 3 novas ações.

Na sequência da execução do PMOSSBP no biénio 2005-2006, os objetivos concorriam para o alcance dos objetivos gerais e específicos consagrados no PGG. As ações integrantes procuravam consolidar e potenciar os resultados obtidos na execução do programa que vigorou no período de 2003-2004 e a firme vontade da criação de condições indispensáveis para a facilidade da reintegração social e produtiva dos deslocados de guerra, dos desmobilizados, dos repatriados, como também para o aumento da produção. Também era prioridade do programa a necessidade de eliminar as assimetrias no território da respetiva Província, a valorização dos recursos humanos na perspetiva de melhorar o desempenho da administração local e no aumento dos rendimentos e da produtividade e do bem-estar da população. Outra prioridade era a melhoria das infra-estruturas socio-económicas e os serviços sociais, para garantia do aumento do emprego, como fonte sustentável de combate à pobreza.

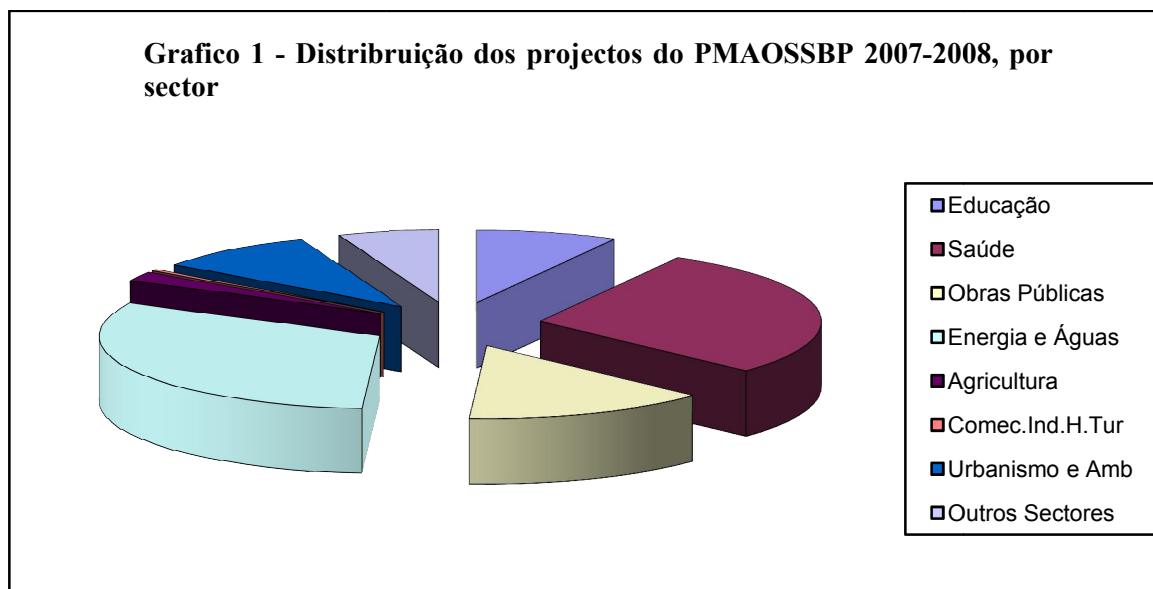
As suas ações, metas e resultados eram as seguintes: elevar a taxa de cobertura sanitária e de distribuição de água potável ao nível do município e comunas para beneficiar 220.300 pessoas; elevar a taxa de cobertura escolar ao nível de 85 por cento; reduzir em 15 por cento a taxa de mortalidade infantil; reabilitar e construir 30 escolas que no conjunto somam 168 salas, que correspondem a um incremento de mais 375 salas de aulas em relação ao programa anterior para garantir uma oferta de 33.750 lugares; reabilitar quatro postos de saúde, três centros de saúde e construir 40 postos de saúde com residências para os técnicos da especialidade, proporcionando assim melhor assistência médica e medicamentosa a cerca de 515.000 pessoas; reparar 60 metros de pontes e pontecos, reabilitar 200 Km de estradas secundárias e terciárias e melhorar o aspeto estético urbanístico da cidade, para benefício de 2.000 famílias; reabilitar os sistemas de energia e água das comunas de Bimbe, Cacoma, Catata, Catavola, Chilata, Chimhama, Chiaca, Cumbila, Hengue, Lunge, Luivenba e Mundundu, para beneficiar as populações em toda a extensão da província.

Quadro 7 - Caracterização das ações do PMAOSSBP 2005-2006, província do Huambo

<b>Província</b>	<b>Programadas</b>	<b>Concluídas em 2005</b>	<b>Concluídas em 2006</b>	<b>Concluído biénio</b>	<b>Em curso</b>	<b>Por iniciar</b>	<b>Paralisadas</b>
Total	2.180	897	697	1.594	501	78	7
Huambo	78	128	128	167	11		

Fonte: Relatório de balanço PMAOSSBP (2005-2006)

De forma a operacionalizar os objetivos consubstanciados no PGG, o PMAOSSBP (2007-2008) da Província do Huambo, foram reunidos um total de 112 projetos dos quais 19 transitados dos anos anteriores. Com a pretensão de obter uma leitura mais aprofundada, apresenta-se de seguida um gráfico com a distribuição dos projetos por sector.



Fonte: PMAOSSBP (2008)

Assim, como espelha o gráfico, o PMAOSSBP 2007-2008 incide principalmente nas ações e projetos de impacto social e de combate à pobreza (83 por cento), particularmente no sector da educação (8, por cento) no sector da saúde (29 por cento), no sector das obras públicas (14 por cento) e no sector de energia e águas (32 por cento).

### CAPÍTULO III - METODOLOGIA

A metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação que, condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir (Sousa e Baptista, 2011 p.51). Sendo uma ferramenta fundamental para o trabalho académico, pensamos que com a adoção da metodologia qualitativa será possível abordar o tema, porque esta centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou valores<sup>15</sup>. As autoras reforçam que não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização dos resultados e, não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos como acontece na investigação quantitativa.

A adoção pela pesquisa qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental e, realização de entrevista exploratória, faz todo sentido para este estudo pelo seguinte: 1- A pesquisa qualitativa permite fazer uma análise profunda de ações que envolvem os seres humanos e suas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes e perceber os elementos do tema proposto. A pesquisa qualitativa também implica uma ênfase nos processos e significados (GARCIA; QUEK, 1997, p.451). Rodrigues (2007) reforça que, na pesquisa qualitativa a interpretação dos fenómenos e a atribuição dos significados são básicos. A perspectiva de investigação de que nos referimos, apresenta interesse no processo de investigação e não apenas nos resultados (Sousa e Baptista, 2011).

Tendo em conta o tema em estudo, a pesquisa qualitativa, permitiu compreendê-lo com profundidade e, explorar com o estímulo do pensamento livre do investigador. O presente trabalho tem por finalidade compreender o contributo ou não da atividade de desminagem em curso na execução dos programas e projetos humanitários e de investimento levados a cabo em Angola, particularmente na província do Huambo. De modo geral, pretende-se entender com alguma profundidade a importância, as mudanças e os benefícios que a desminagem pode trazer para o crescimento e reconstrução de Angola.

Para dar resposta a pergunta " Qual o contributo da desminagem na Implementação do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População (2003-2008), na província do Huambo desde o fim do conflito armado", foi necessário buscar percepções e entendimentos sobre a natureza geral da questão, abrindo espaço para a interpretação. O entendimento é que, a pesquisa qualitativa neste estudo, privilegiou as análises das experiências e o significado das atividades de desminagem relacionada com o PMAOSSBP executado. Outra razão importante é o facto da pesquisa qualitativa geralmente envolver processos interativos de recolha de informações, análises e constatações. Neste contexto esta perspectiva adequa-se ao tema.

---

<sup>15</sup>*ibidem*

2- A pesquisa bibliográfica e a documental foram obrigatórias e decisivas porque permitiram ter acesso às informações sobre um leque bastante vasto sobre as abordagens do conflito armado em Angola e suas consequências, a presença de minas e UXO no solo e subsolo angolano, a luta contra minas no mundo e em particular em Angola, a intervenção do Estado angolano no problema das minas terrestres, a desminagem e o seu contributo na reconstrução nacional e, a execução de projetos e programas no período pós conflito. As pesquisas acima referidas também foram úteis porque permitiram aprofundar as informações recolhidas nos relatórios dos resultados da execução do PMAOSSBP no país e na província do Huambo.

Na tentativa de aprofundar o tema e saber, se já existem publicações sobre as respostas à questão proposta e decidir se seria interessante repetir o estudo com os mesmos objetivos, foi feita a revisão da bibliografia e uma análise aos textos, livros, periódicos (jornais, revistas etc.), artigos, documentos monográficos, sites confiáveis como fontes secundárias. Foram resumidos em primeiro lugar textos sobre o conflito armado, a desminagem e, de seguida textos sobre o PMAOSSBP no Huambo, devido a sequência lógica, determinada pela estrutura do texto. No decorrer da discussão procuramos articular três conceitos centrais, a contaminação com minas, desminagem e PMAOSSBP. A operacionalização foi feita como base nesta combinação, considerando a pertinência da desminagem a montante, do ponto de vista das prioridades e a população da província do Huambo a jusante, aqui entendido como o beneficiário final da execução do PMAOSSBP.

3 - A técnica de recolha de dados, considerada como um conjunto de processos operativos que permite recolher os dados empíricos como parte fundamental da investigação (Sousa e Baptista, 2011:70), neste estudo em concreto, busca as opiniões e sentimentos dos operadores de desminagem e dos beneficiários do PMAOSSBP, comparando com a informação obtida através das leituras feitas. A operação de recolha de dados"constitui a execução do instrumento de observação e consiste em recolher ou reunir as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra" (Quivy e Campenhodt, 1998 p.183).

A outra preocupação consiste em constatar informações relevantes sobre a relação entre a desminagem e a execução do PAOSSBP no Huambo, a partir de fontes primárias. Neste contexto, foram efetuadas 25entrevistasindividuais para complementar a resposta à questão de partida, criteriosamente respeitadas as condições de recolha de dados.

Para que os resultados obtidos atendam às necessidades do tema proposto, foi aplicado a entrevista estruturada com questionário fechado. Este tipo de entrevista consiste na abordagem do tema às questões previamente determinadas que são consideradas como importantes para os objetivos do trabalho (Sousa e Baptista, 2011). A entrevista estruturada fechada tem questões formuladas antecipadamente, com respostas fixas, através de alternativas previamente definidas pelo pesquisador (Guerra, 2006). Neste contexto, considera-se que o tipo de entrevista proposto seja o mais adequado pois as questões são fechadas com múltiplas alternativas de resposta com ajustes nas opiniões e nos sentimentos do entrevistado de forma limitada para que os resultados sejam alcançados.

A construção do questionário fechado para aplicação das entrevistas foi direcionada para os objetivos deste estudo. A elaboração do questionário teve como base informações provenientes das consultas e análises dos vários documentos sobre a desminagem no mundo e em Angola, o PMAOSSBP no país e na província do Huambo e, bibliografia existente no âmbito da metodologia de investigação.

Nesta perspetiva, seguindo as indicações de Quivy e Campenhoudt (1998), teve-se a preocupação de tornar as perguntas claras e precisas, formuladas de formas que as pessoas interrogadas as interpretassem da mesma maneira, tivessem em condições de responder que, a conhecessem que não tivessem constrangimento.

4- A entrevista foi aplicada a 25 pessoas entre estes, especialistas de desminagem, investigadores, operadores de desenvolvimento, testemunhas privilegiadas pela sua posição, ação e responsabilidade, autoridades locais, coordenadores de programas e projetos a nível nacional e na província do Huambo e populares, que constituíramos interlocutores válidos para o estudo. Os interlocutores deste estudo foram escolhidos por uma questão de conveniência, porque o mais importante para o presente estudo é a captação de ideias gerais e identificação dos aspetos críticos (Sousa e Baptista, 2011 p.77).

Os métodos e técnicas utilizadas nesta investigação resumem-se, na análise e pesquisa documental, elaboração do guião da entrevista, realização de 25 questionários à amostra selecionada, tratamento e análise das entrevistas e a validação ou não das hipóteses da investigação tendo por base os resultados da entrevista.



## CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1. INTRODUÇÃO

Os dados apresentados neste capítulo resultam das entrevistas individuais realizadas aos especialistas de desminagem, investigadores, operadores de desenvolvimento, testemunhas privilegiadas, responsáveis e autoridades locais e, coordenadores de programas e projetos a nível nacional e na província do Huambo e das leituras feitas pela investigadora.

Em função dos objetivos que esperamos alcançar no estudo e, tendo em atenção a pergunta de partida, julgamos que a aplicação da entrevista estruturada com questões fechadas, foi útil e adequada para a recolha de informações relevantes e precisas. Tal como os objetivos e a pergunta de partida que orientaram o estudo, o quadro conceptual estiveram sempre presentes.

A operacionalização da recolha dos dados referentes a questão do estudo aqui apresentados foi organizada em dois pontos fundamentais anteriormente identificados: 1) amostra e, 2) apresentação e análise dos resultados, dos quais o último subdivide-se em três categorias que serviram de linhas orientadoras da própria interpretação: 1. Contaminação com minas em Angola, 2. Desminagem em Angola, 3. Execução do PMAOSSBP na província do Huambo.

Deste modo, a apresentação e discussão dos dados foi organizada em torno dos focos centrados no estudo e, procurou-se fazer uma análise a partir das entrevistas realizadas e das informações provenientes de outras fontes de leituras. Os dados obtidos, foram sistematizados em quadros de síntese para que a análise e a interpretação da informação fosse efetuada.

Após a identificação das três categorias, é importante descrever as sub-categorias (da categoria contaminação com minas em Angola) sendo, (1) a ocorrência do conflito armado em Angola entre 1975 a 2002, (2) consequências do conflito armado e, (3) as razões da existência de minas terrestres no solo e subsolo angolano e na província do Huambo em particular. A categoria "A atividade da desminagem em Angola" compreende três sub-categorias, sendo elas: (1) conceito de desminagem, (2) importância da desminagem, (3) benefícios e as vantagens da desminagem para Angola e intervenção do Estado angolano no processo de desminagem. A categoria "Execução do PMAOSSBP na província do Huambo" compreende duas sub-categorias sendo elas: (1) relação da desminagem e a execução do PMAOSSBP no Huambo, (2) benefícios para a população do Huambo com a existência das infra-estruturas e outros serviços executadas pelo PMAOSSBP.

## 4.2. AMOSTRA

Foram realizadas entrevistas individuais como já foi referido. As mesmas tiveram como objetivo recolher informações relevantes para complementar e responder a pergunta de partida, através dos atos, ideias e projetos dos entrevistados em relação a desminagem e ao PAOSSBP. Pretende-se, igualmente aprofundar o estudo de formas a conhecer a opinião dos entrevistados e compará-las com a informação obtida através de outros instrumentos de leitura e, encontrar relações entre o tema proposto.

A recolha dos dados por entrevista foi orientada pelas sugestões de Quivy e Campenhoudt (2008) sobre a categoria das pessoas que poderiam ser interlocutores válidos. Na realização de qualquer estudo, é praticamente impossível examinar todos os elementos da população de interesse. Geralmente trabalha-se com uma amostra. A seleção da amostra para este estudo dependeu essencialmente da pergunta de partida. A investigadora selecionou elementos a que teve acesso rápido, elementos com interligação com os temas da desminagem e execução do PMAOSSBP, admitindo que pudessem representar o universo. Estes elementos também foram considerados como amostra por conveniência, por ser adequada e frequentemente usados em estudos exploratórios.

Neste contexto, foram realizadas 25 entrevistas das quais, nove aos especialistas no domínio da desminagem, três os investigadores por se considerarem testemunhas privilegiadas pela sua posição, ação e responsabilidade no processo da ação contra minas em Angola, dois responsáveis e autoridades locais e, 11 coordenadores de programas e projetos a nível nacional e na província do Huambo, pelo facto de conhecerem melhor a realidade dos benefícios e vantagens da desminagem na execução dos projetos e programas no geral. Tratando-se de amostra, a preocupação é que seja representativa mas, para este estudo em concreto, assinala-se ser uma amostra ilustrativa.

## 4.3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro nº 8- Número de entrevista realizadas por província

Províncias	Entrevistas Realizadas	Percentagem
Huambo	10	40 %
Luanda	15	60%
TOTAL	25	100 %

Em primeira instância apresenta-se a análise dos dados referentes ao envolvimento, receção e resposta às entrevistas dos interlocutores. Conforme se pode observar no Quadro8, foram aplicadas 25 entrevistas na totalidade das quais 10 na província do Huambo que corresponde a 40 por cento e 15 na província de Luanda que representa 60 por cento. Os 25 interlocutores envolvidos na entrevista aceitaram colaborar, podendo confirmar que a informação recolhida tem o contributo de todos. Como já foi referido, os critérios de seleção dos entrevistados tiveram em consideração o foco do estudo.

A investigadora optou pelo critério de selecionar os entrevistados, associando-os ao tema da desminagem na província do Huambo, em Angola e no mundo e o conhecimento que possuem sobre a execução do PMAOSSBP na província do Huambo entre os anos de 2003 a 2008.

O quadro 9 identificou informações importantes sobre a ocupação e as instituições a que pertencem os entrevistados. Assim, constatou-se que seis instituições (local de trabalho) nomeadamente: o órgão coordenador do sector da ação contra minas em Angola (CNIDAH) com 10, Governada província do Huambo, com dois operadores desminagem, também conhecidas como instituições que participam nas operações de desminagem humanitária (segundo critério do PNUD) com nove, distribuídos entre organizações não-governamentais, Forças Armadas Angolanas e o Instituto Nacional de Desminagem. As direções da Assistência e Reinserção Social, Obras Públicas e Empresa de Assistência Técnica CIVIPOL, estão representadas com um entrevistado. Pode-se confirmar que mais de 50 por cento dos entrevistados possuem conhecimentos técnicos e exercem atividades no domínio da ação contra minas.

Quadro nº 9 Caracterização da amostra em função da Instituição e Ocupação Laboral

Instituição/Ocupação Laboral		Entrevistados	
		Nº Entr.	Perc.
Instituição	Órgão coordenador nacional do sector de ação contra minas-CNIDAH	10	40 %
	Governo provincial do Huambo	3	12%
	Operadores desminagem (Ong, FAA, INAD)	9	36%
	Assistência e Reinserção Social	1	4%
	Obras Públicas	1	4%
	CIVIPOL	1	4%
	Total	25	100%
Ocupação Laboral	Especialistas de desminagem	9	36%
	Investigadores do sector da ação contra minas	3	12%
	Responsáveis e autoridades locais	2	8%
	Coordenadores de programas e projetos a nível nacional e na província do Huambo	11	44%
	Total	25	100%

No que se refere a ocupação laboral, verifica-se uma diversidade de afazeres, com cerca de nove especialistas de desminagem (elementos envolvidos nas operações de desminagem humanitária, igualmente, segundo critérios do PNUD). 11 Entrevistados têm as suas ocupações no domínio da execução de programas e projetos a nível nacional e provincial. Pode-se ainda verificar que, dois dos entrevistados são responsáveis e autoridades locais, com particular envolvimento no seio das populações beneficiárias dos programas e projetos executados e, três investigadores do sector da ação

contra minas a nível nacional associados às grandes políticas e orientações dos planos e programas do sector.

Importa referir que participaram na recolha dos dados, dois grupos significativos da amostra: especialistas de desminagem que, têm a tarefa de remover as minas e UXO do solo e subsolo (para garantir o uso da terra com segurança por parte dos beneficiários) e responsáveis e autoridades locais, bem como coordenadores e executores de programas e projetos a nível nacional e na província do Huambo.

#### 4.3.1. CONTAMINAÇÃO COM MINAS EM ANGOLA

Dado o foco do estudo estar centrado na componente da desminagem e seu contributo na execução do PMAOSSBP no Huambo, associado aos antecedentes e benefícios, procurou-se conhecer os diversos aspetos relacionados com as razões que levaram a contaminação com minas em Angola, a necessidade da realização da desminagem e, as expectativas dos operadores de desenvolvimento e das populações em geral, no uso da terra livre de minas, para a circulação de pessoas e bens, reconstrução e desenvolvimento do país.

Julga-se relevante, compreender as implicações do conflito armado, a presença de minas em Angola e, consequências desta contaminação, do ponto de vista da segurança para as pessoas, bens e infra-estruturas.

O quadro 10 apresenta as razões que os interlocutores referem nas entrevistas, como estando na base da existência das minas em Angola. A ocorrência do conflito armado em Angola e a defesa das cidades e infra-estruturas (como pontes, aeroportos, ferrovias, barragens e linhas elétricas, estradas e caminhos) foram apontadas por 17 entrevistados, como as principais razões da existência de minas em Angola. Em seguida 14 entrevistados consideram o impedimento do movimento e o acesso das forças militares envolvidas, como segunda razão. As últimas razões de existência de minas em Angola, apontadas pelos entrevistados são o uso da tática de guerrilha no conflito armado com 10 respostas e a duração do conflito armado com 5 respostas.

Quadro nº 10 -Razões da existência de minas em Angola

<b>Razões da existência de minas em Angola</b>	<b>Nº Resp.</b>	<b>Perc.</b>
Conflito armado	17	68%
Uso da tática de guerrilha no conflito armado	10	40%
Duração do conflito armado.	5	20%
Defesa das cidades e infra-estruturas, como pontes, aeroportos, ferrovias, barragens e linhas elétricas, estradas e caminhos.	17	68%
Impedimento do movimento e o acesso de forças militares que participaram no conflito armado.	14	56%

Relativamente a ocorrência do conflito armado em Angola (1975 e 2002), cem por cento dos entrevistados têm conhecimento da ocorrência do conflito armado em Angola e na província do Huambo nos períodos indicados. 15 Entrevistados que representam uma maioria, afirma que o conflito armado durou 40 anos. Todos são unânimes que o conflito armado trouxe consequências negativas para Angola e para a província do Huambo. O interesse em analisar o conflito armado no período 1975-2002 deveu-se ao facto de ter sido a fase mais destruidora (1992-2002). O fim do conflito e a assinatura do acordo de paz (2002), permitiram o e o início da execução efetiva dos programas de desminagem e de reconstrução nacional (2003).

Quadro nº 11 - Consequências do conflito armado no Huambo

Consequências do conflito armado no Huambo	Sim		Não		N/Sabe	
	Nº Resp.	Perc.	Nº Resp.	Perc.	Nº Resp.	Perc.
Elevado número de mortos.	25	100 %				
Insegurança no uso da terra e mobilidade de pessoas e bens.	25	100%				
Destruição e degradação de infra-estruturas económicas e sociais.	25	100%				
Existência de campos minados	25	100%				
Refugiados e pessoas deslocadas das suas áreas de origem	24	96%		4%		
Elevado número de pessoas com deficiência, vítimas de minas.	25	100%				
Prejuízo das atividades sociais e degradação da economia.	25	100%				
Diminuição da força de trabalho, do progresso generalizado e miséria.	23	92%	1	4%	1	4%
Desordenamento no crescimento das cidades	25	100%				
Desestruturação das famílias.	23	92%	2	8%		

Sobre as consequências do conflito armado e a existência de minas terrestres no solo e subsolo angolano e na província do Huambo é importante realçar que com recurso aos dados deste quadro constatamos que, todos os entrevistados apontam consensualmente como consequências do conflito armado na província do Huambo: elevado número de mortos, insegurança no uso da terra e mobilidade de pessoas e bens, destruição e degradação de infra-estruturas económicas e sociais, existência de campos minados, elevado número de pessoas com deficiência (vítimas de minas), prejuízo das atividades sociais e degradação da economia e o desordenamento no crescimento das cidades. Em seguida, 24 dos entrevistados considera que os refugiados e pessoas deslocadas das suas áreas de origem constituem também outra consequência importante. A desestruturação das famílias e diminuição da força de trabalho, do progresso generalizado e a miséria apontadas como consequências por 23 entrevistados.

Outro aspeto que importa fundamentar é o significado de minas terrestres e a sua função básica. Para a maioria dos entrevistados (19), afirma que mina terrestre é um objeto com a função básica de matar, ferir ou mutilar pessoas próximas e, destruir infra-estruturas, 13 considera que é um artefacto projetado para explodir quando, pressionados ou acionados através de um fio de tropeço. 11 dos entrevistados afirma que é um explosivo mortífero e sete consideram como apenas explosivo. A maioria conhece a função básica de uma mina, apontam como sendo matar, ferir, dificultar o acesso e destruir infra-estruturas. Todos afirmam que as minas estão implantadas no solo e subsolo angolano a mais de 30 anos. 24 Dos entrevistados diz que na província do Huambo ainda existem minas. O quadro 11 faz referência as consequências das minas, do ponto de vista da segurança para as pessoas, bens e infra-estruturas.

A maioria dos entrevistados concorda com mais de metade dos *itens* apresentados no quadro 12 como consequências mais visíveis, mas reforçam com particular destaque o, impedimento da livre circulação de pessoas e bens nas vias de comunicação (22), a privação do acesso da população aos serviços sociais básicos (o acesso à água, à terra para cultivo, à zona comercial, ao posto de saúde, etc.) (21) a mutilação e risco de acionamento de minas (19) e, o impedimento da recuperação imediata das estradas, pontes, caminho-de-ferro, barragens, fábricas, hospitais, escolas etc., (17).

O acesso das populações à informação sobre o problema das minas em Angola e no Huambo é um aspeto indiscutível. Dos 25 entrevistados, sete afirma que a população está suficientemente informada sobre o problema de minas e UXO, 16 afirma que a população não está suficientemente informada e dois afirmam não tem conhecimento. Relativamente a província do Huambo, 12 entrevistados considera que a população está suficientemente informada, sete afirma ser insuficiente. No caso das instituições que lidam com a terra, 17 entrevistados considera que estão suficientemente informadas sobre o problema da existência de minas e UXO no solo e subsolo angolano (vide anexo A).

Quadro nº 12-Consequências das minas do ponto de vista da segurança para as pessoas, bens e infra-estruturas

Consequências das minas do ponto de vista da segurança para as pessoas, bens e infra-estruturas	Sim		Não		N/Sabe	
	Nº Resp.	Perc.	Nº Resp	Perc.	Nº Resp	Perc.
Mutilação e risco de acionamento de minas.	19	76 %				
Existência de Vítimas de minas.	16	64%				
Impedimento da livre circulação de pessoas e bens nas vias de comunicação.	22	88%	1	4%		
Privação do acesso da população aos serviços sociais básicos nomeadamente: o acesso à água, à terra para cultivo, à zona comercial, ao posto de saúde, etc.	21	84%			1	4%
Destruição de infra-estruturas (estradas, pontes, habitação etc.).	15	60%				
Impedimento da recuperação imediata das estradas, pontes, caminhos-de-ferro, barragens, fábricas, hospitais, escolas etc.	17	68%				
Morosidade na execução da atividade de desminagem.	16	64%				
Custo elevado das atividades de desminagem	13	52%				

#### 4.3.2. ACTIVIDADE DE DESMINAGEM EM ANGOLA

O primeiro dos aspetos a ser abordado na categoria "A atividade da desminagem em Angola" é o conceito de desminagem (sub-categoria). 16 afirmam ser atividade de pesquisa técnica e não técnica, mapeamento, marcação, limpeza, documentação e, entrega da terra livre de minas e, 12 consideram - se como sendo uma operação de remoção de minas de uma zona terrestre ou marítima. Pelos dados registados, todos consensualmente têm uma noção clara do conceito de desminagem. Dos entrevistados, 22 afirmaram ter conhecimento da realização de atividades de desminagem no país e na província do Huambo, três responderam não ter conhecimento.

Na análise feita à sub-categoria " importância da atividade de desminagem", 24 dos entrevistados considera ser muito importante a atividade de desminagem para Angola e, o seu progresso está facilitado com o fim do conflito armado. Na generalidade, os entrevistados afirmam que, a desminagem trouxe benefícios à sociedade angolana. A maioria refere que a desminagem beneficia a realização de atividade relacionadas com a segurança das comunidades, estradas, caminhos, pontes, áreas de cultivo pastagem e pesca, execução de projetos de construção e reabilitação de infra-estruturas (no quadro do PGG), acessos às instituições económicas e sociais e na promoção das atividades diárias da população rural.

Analisando a sub-categoria "benefícios e as vantagens da desminagem para Angola e intervenção do Estado angolano no processo de desminagem", constatou-se que a quase totalidade dos entrevistados (24) manifestaram que existe relação entre uma desminagem e o uso da terra livre de minas ou terra desminada com a execução de programas e projetos económicos e sociais em Angola. Afirmam igualmente que vários ministérios, investidores e outras instituições que usam a terra para as suas atividades, beneficiam da desminagem.

Desde o fim do conflito armado, o Governo angolano tem reforçado a segurança interna. Os desafios atuais em matéria de segurança contemplam uma necessidade muito importante: o aumento da eficácia e da eficiência na gestão dos fundos públicos (Almeida, 2013 p. 11). Envolvendo todas as capacidades públicas e privadas com objetivo de contribuir para a paz e segurança e tranquilidade pública, o Estado angolano tornou-se o maior financiador (com fundos públicos), assumindo a liderança no sector de ação contra minas. Para além disso, foi essencial elevar o grau de cooperação e intercâmbio entre os Estados-Parte da convenção de Ottawa, no que se refere a troca de experiências e inovação no uso de meios e técnicas modernas para as operações de desminagem.

É uma atividade primordial no processo de reconstrução nacional e desenvolvimento angolano e, por esta razão, o Governo e os seus parceiros nacionais e internacionais engajaram - se de forma determinada para a libertação das áreas identificadas como minadas desde 2002. Atualmente apesar de existirem ainda campos minados confirmados e suspeitos, já são visíveis os frutos do trabalho realizado. A pressão e o impacto que as minas colocavam a segurança humana e patrimonial das comunidades e a economia no geral foi desanuviada. O sentimento de insegurança derivado da existência generalizada de minas foi substancialmente eliminado.

Quadro nº 13-Programas e projetos executados com o apoio da desminagem

<b>Programas e projetos executados com o apoio da desminagem</b>	Nº Resp.	Perc.
Construção de centralidades habitacionais	18	72%
Reabilitação e construção de estradas	19	76%
Reabilitação dos caminhos -de-ferro	21	84%
Implantação de cabos de fibra ótica	7	28%
Reabilitação e construção de postes de alta tensão	13	52%
Construção de escolas	11	44%
Construção de hospitais	8	32%
Construção de barragens	13	52%
Projetos agrícolas	6	24%

O quadro 13 registou 18 opiniões dos entrevistados favoráveis quanto ao apoio da desminagem nos projetos de construção de centralidades habitacionais, 19 apontam para a reabilitação e construção de estradas, 21 para a reabilitação dos caminhos-de-ferro, 13 para a reabilitação e construção de postes de alta tensão e construção de barragens e os restantes para os projetos de Implantação de cabos de fibra ótica, construção de escolas e hospitais e agricultura.



Todos entrevistados manifestam de forma consensual que a desminagem no Huambo é executada pelas seguintes organizações: INAD, HaloTrust, FAA, Apacominas, Sedita, Cajebo RLZ, VDS, PAFRA Mamboji, Angloest. A população do Huambo tem beneficiado de terras desminadas por estes operadores de desminagem, para desempenhar atividades agrícolas, pasto, recorte de lenha, acessos e mobilidade, construção e reabilitação de infra-estruturas como estradas, escola, hospitais, postos de saúde etc. Os entrevistados confirmaram que na província do Huambo a população circula entre as localidades com segurança. Dos entrevistados, nove afirmaram que mais de 10 mil famílias beneficiam do uso de terras desminadas.

Os sectores que podem usar a terra desminada para execução dos seus programas e projetos quase todos entrevistados afirmam que entre eles estão agricultura e desenvolvimento, construção e urbanismo, comércio, indústria e educação, saúde, ambiente, energia e águas, correios e telecomunicações, administração territorial, defesa e segurança, turismo e bens e serviços.

### 4.3.3. EXECUÇÃO DO PMAOSSBP NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Com relação a sub-categoria "Relação da desminagem e a execução do PMAOSSBP no Huambo" verificou-se que, 23 entrevistados tem conhecimento da execução do PMAOSSBP (2003 e 2008) no Huambo e, 21 consideram que a desminagem contribuiu para a execução do PMAOSSBP no Huambo e a população continua a beneficiar dos serviços e das infra-estruturas promovidas pela implementação do PMAOSSBP desde 2008. Na subcategoria "benefícios da população do Huambo com a existência das infra-estruturas e outros serviços executadas pelo PMAOSSBP, a maioria dos entrevistados considera que várias infra-estruturas foram erguidas com o apoio da desminagem nomeadamente: estradas, pontes, escolas, hospitais, postos de saúde, saneamento básico, mercados e equipamento comerciais, turísticos e de lazer, comunicações, habitações e fabricas. 16 entrevistados afirmaram que o PMAOSSBP foi executados em toda a extensão territorial do Huambo, uma afirma que não e oito responderam não ter conhecimento.

Quadro nº 14 - Infra-estruturas erguidas com o apoio da desminagem no Huambo no âmbito da execução do PMAOSSBP (2003-2008)

<b>Infra-estruturas erguidas com o apoio da desminagem no Huambo no âmbito da execução do PMAOSSBP (2003-2008)</b>	<b>Nº Resp.</b>	<b>Por cento</b>
Estradas, pontes	20	80%
Escolas	22	88%
Hospitais e postos de saúde	20	80%
Saneamento básico	13	52%
Mercados e Equipamento comerciais	14	56%
Fabricas	16	64%
Equipamentos turísticos e de lazer	14	56%
Comunicações	22	88%
Habitação	20	80%

#### 4.4. VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Com a realização do presente trabalho a resposta às duas Hipóteses de Investigação é a seguinte:

H1: "A contaminação com minas em Angola, como consequência do conflito armado, trouxe implicações negativas do ponto de vista da segurança humana, na circulação de pessoas e bens e nas infra-estruturas existentes".

Confirmasse esta Hipótese porque as distintas leituras, acrescidas das respostas dos entrevistados: o conflito armado em Angola durou cerca de 40 anos. Uma das implicações da ocorrência do conflito é a presença de minas no solo e subsolo angolano. A defesa das cidades e infra-estruturas (como pontes, aeroportos, ferrovias, barragens linhas elétricas, estradas e caminhos), e o uso da tática de guerrilha no conflito, contribuíram significativamente, para a contaminação com minas em Angola. Este fato, trouxe consequências negativas do ponto de vista da segurança humana, na circulação de pessoas e bens e nas infra-estruturas.

Como se pode observar, na província do Huambo particularmente, as consequências do conflito armado causaram: elevado número de mortos, insegurança no uso da terra e mobilidade de pessoas e bens, destruição e degradação de infra-estruturas económicas e sociais, existência de campos minados, elevado número de vítimas de minas, prejuízo das atividades sociais e degradação da economia, desordenamento no crescimento das cidades, existência de refugiados e pessoas deslocadas das suas áreas de origem. A desestruturação das famílias e diminuição da força de trabalho, do progresso generalizado e a miséria também são consequências a considerar. Esta análise é partilhada entre todos os entrevistados.

H2: "A atividade de desminagem no Huambo trouxe uma melhoria e aumento da oferta dos serviços sociais básicos à população".

Confirmasse esta Hipótese porque, logo após o fim do conflito armado e a assinatura do acordo de paz, as perspetivas de reconstrução e desenvolvimento, associadas à segurança interna, o Governo no âmbito do seu programa, pôs em curso a ECP, estabelecendo um quadro de estratégias de política para abordar o problema da pobreza em várias frentes com objetivo de dar respostas multi-dimensionais. Para o efeito, o Governo identificou as áreas de intervenção prioritária que inclui a desminagem. As perspetivas geradas pela paz estão diretamente relacionadas com a recuperação das condições básicas, destruídas pela guerra. Por esta razão, todas as áreas de intervenção prioritária identificadas na ECP fazem referência aos impactos negativos provocados pela guerra.

Neste contexto, foi indispensável recorrer ao pensamento estratégico e aos mecanismos de análise e avaliação antecipada dos riscos e das ameaças provocadas pelas minas. Importa ter presente que, no âmbito do sector da ação contra minas, o Governo criou as instituições afins e, com o apoio de

vários parceiros, tem estado a implementar planos estratégicos e operacionais para garantir a segurança humana, de bens e infra-estruturas.

Recorrendo aos resultados apresentados, existiu uma relação entre a desminagem e a execução de programas e projetos de âmbito económico e social com recurso ao uso da terra. Para o caso concreto da província do Huambo, a execução do PMAOSSBP é conhecida e, foi possível no período 2003-2008 com o apoio da desminagem. Atividade de extrema importância para execução dos programas e projetos no quadro do PMAOSSBP.

Outra nota que importa destacar é a existência direta de uma relação entre o conflito armado, a presença de minas, a desminagem e a implementação de programas e projetos sócio-económicos, associada à outros fatores (finanças) de forma combinada e em contextos específicos para a estabilidade social e crescimento económico.

## CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

O presente trabalho constitui uma reflexão sobre a atividade de desminagem em curso em Angola e o seu possível contributo na execução dos inúmeros programas e projetos que têm vindo a ser executados em Angola particularmente na província do Huambo. A desminagem é feita quando numa zona ou áreas existem minas e/ou restos remanescentes de guerra. Foram várias as razões que estiveram na base da existência de minas terrestres em Angola entre os quais a ocorrência do conflito armado durante mais de 40 anos, aqui apontado como uma das principais. O uso da tática de guerrilha é outra razão importante para a contaminação com minas que é preciso frisar.

Como acontece em outros países africanos, em Angola por ter sido usado a tática de guerrilha não se cumpriram com as normas estabelecidas pelas convenções e acordos (Convenção de Ottawa, Declaração de São Petersburgo de 1868, Convenções de Haia de 1899 e de 1907) que proíbem e limitam o uso, o fabrico e o comércio de minas. Caso tais premissas fossem cumpridas, não haveria riscos para a população civil no período pós-conflito. Mas também sabemos que, nenhuma das táticas convencionais bem como as normas sobre o emprego de minas se aplicam quando se tratam de guerrilhas.

Como consequência, as 18 províncias de Angola ficaram contaminadas com minas, causando implicações negativas do ponto de vista da segurança das pessoas e do ponto de vista sócio - económico nas comunidades locais e na sociedade de modo geral conforme reporta o relatório da CNIDAH de 2003. O Impacto socioeconómico da contaminação com minas terrestres é outra consequência marcante que se pode compreender nas leituras. Um total de 1.988 comunidades estavam impactadas com minas nas 18 províncias, 2.2 milhões de angolanos estavam afetados diariamente pela presença de minas terrestres e UXO, representando aproximadamente 20 por cento da população, logo a seguiu o fim do conflito.

Na província do Huambo entre 2004 e 2007 (na altura da realização do LIS), um total de 153 comunidades estavam impactadas e 206 eram apontadas como suspeitas de estarem minadas, afetando 267.373 pessoas. O fim do conflito armado e, a assinatura do acordo de paz em 2002, permitiu a realização efetiva das operações de desminagem humanitária em todo território angolano.

Para qualquer sociedade a paz é inegável. "A paz é um valor, um dos principais valores da existência humana e, afeta todas as dimensões da vida: interpessoal, intergrupar, nacional, internacional. Exige igualdade e reciprocidade de relações. A paz diz respeito a três conceitos: o conflito, o desenvolvimento e os direitos humanos. Por isso, é um processo dinâmico que se deve conquistar" (PÉREZ, 2002, p.83 citado por Sousa, 2014, p.1)<sup>16</sup>. Entre outros benefícios, em Angola, a paz permitiu, a aceleração das operações de desminagem e, conseqüentemente a execução de outros projetos sociais e económicos que dependiam do uso da terra com segurança.

---

<sup>16</sup> Relatório anual CNIDAH (2010)

Neste panorama, importa ressaltar a segurança humana, entendida como "segurança na vida quotidiana das pessoas (com significado de proteção contra o medo das doenças, fome, desemprego, crime, conflitos, repressão política e desastres ambientais) (PNUD, 1994, citado por Almeida, 2013 p.12). Isto porque "todos têm o direito de viver em liberdade, sem sentir medo, e de poder viver livres e com dignidade". "Estas aspirações estão no centro da segurança humana e da nossa missão de construir um mundo melhor para todos"<sup>17</sup>.

Em 1997 Angola assinou a convenção de Ottawa, ratificou em 2002 e tornou-se Estado-Parte em 2003. No âmbito do cumprimento desta convenção, Angola como Estado-Parte, tem a obrigação de atender as necessidades de desminagem das áreas suspeitas de estarem minadas e áreas confirmadas como minadas.

Nesta sequência, entre 2003 e 2005, o Governo criou instituições com responsabilidades específicas no sector da ação contra minas, nomeadamente a CNIDAH e a CED. Paralelamente a estas instituições, autorizou a constituição de ONG nacionais e empresas privadas de desminagem para a execução de programas e projetos no quadro da reconstrução e desenvolvimento em todo o país.

A desminagem humanitária em Angola teve início em 1994 como já foi referido mas, evoluiu nos últimos anos, passou de atividades estritamente das ONG internacionais para as nacionais e operadores públicos (CED). É útil assinalar que, para além da extensão das operações de desminagem a todo o território angolano, o Governo reforçou a sua capacidade humana (com a introdução de novas brigadas de desminagem em 2013), capacidade financeira (com mais de 500 milhões de dólares americanos investidos<sup>18</sup>) e capacidade material (com aquisição de equipamentos manuais e mecânicos de detenção e remoção de minas).

De acordo com os relatórios anuais publicados pela autoridade nacional de ação contra minas, a província do Huambo foi desde sempre umas das mais contaminadas com minas. Entre 2004 e 2007, os resultados do LIS, no Huambo apresentavam 153 comunidades impactadas, que impediam a vivência normal, a reconstrução e desenvolvimento. Como em qualquer província de Angola, no Huambo, logo após o fim do conflito armado, as minas terrestres, causaram sofrimento e mortes, especialmente nas comunidades mais desfavorecidas, constituíram sério entrave ao crescimento económico, dificultaram o regresso dos refugiados, prejudicaram as operações de ajuda humanitária necessária entre 2002 e 2006, a reconstrução e reabilitação das infra-estruturas na província.

Com recurso aos dados do resultado das entrevistas, a população do Huambo possui conhecimentos suficientes acerca da existência de minas naquela província, seus antecedentes e consequências. De igual modo, a população está informada sobre a execução de projetos de desminagem desde o fim do conflito até a presente data, incluindo as instituições que nela operam. Consideram ser uma ação conjunta de vários operadores.

---

<sup>17</sup>PNUD (1994)

<sup>18</sup>Relatório CNIDAH, 2010

Para a província em estudo, o relatório anual da CNIDAH de 2014 apresenta 726.327 área/m<sup>2</sup>, desminadas e removidas oito minas AP, uma mina AT e 45 engenhos explosivos não detonados. As estradas nacionais e as Linha de transportação de Energia Elétrica foram todas desminadas. Um número considerável de estradas secundárias e terciárias Foram limpas. As pontes sobre os rios Chicanda I /Caála- Longonjo, Chicanda II / Longonjo – Ukuma, CuivaLongonjo e Ukuma, Tonga I Ukuma – Tchinnenje, C. Combulo/ Ukuma- Tchinnenje Tonga II Ukuma – Tchinnenje e a ponte sobre o rio Cuati foram desminadas. Entre 2011 e 2013 como prioridade da província foram desminadas reservas fundiárias (para construção das centralidades), em 2013 foram desminadas várias vias rodoviárias e ferroviárias para reabilitação e, procedeu-se ao levantamento técnico das estradas e áreas suspeitas de minas para a localização e destruição dos engenhos explosivos.

Em 2011, o INAD desminou os troços rodoviários das localidades do Tchicala Tcholoonga, Cagongo e Sambo, que proporcionou a livre circulação de pessoas e bens. No mesmo período, foram desminadas 2.093.683 m<sup>2</sup> para cultivo, construção de residências, permitindo a remoção e desativação de mais de 132 explosivos. Como complemento da desminagem, as brigadas de desminagem sensibilizaram 1.143 cidadãos sobre o risco de minas com relevância para camada infantil das comunidades rurais, com vista a evitar vítimas humanas por falta de conhecimento. Constatou-se um aumento significativo de áreas desminadas em relação ao ano 2010. A nível do impacto socioeconómico no Huambo, atualmente, o quadro mudou. A província apresenta 153 comunidades sem impacto, (significa que as minas já não representam um choque para estas comunidades) destas áreas restavam 42 campos de minas confirmados (em que todas as áreas suspeitas estão confirmadas como minadas). Isto é resultado da limpeza e desacreditação das áreas minadas (CNIDAH, 2014).

Tendo em atenção ao artigo 6º da convenção de Ottawa que privilegia a cooperação e assistência internacional no sector da ação contra minas e, reforça a disposição no fornecimento, para fins humanitários, de informações científicas e tecnológicas importantes pelos Estados-Parte, o intercâmbio e a troca de experiência entre Angola e os vários países, enquadra-se na cooperação Bilateral e Sul-Sul, e reforça as relações de cooperação (políticas, culturais, sociais e económicas, entre atores estatais, empresas e a sociedade civil). Angola através do seu órgão coordenador tem feito esforços significativos com vista a fortalecer, as normas, procedimentos, promoção das novas tecnologias e informação científica e mobilização de fundos externos para o sector de ação contra minas particularmente.

É neste contexto, que apontamos com relevância, a desminagem levada a cabo pela ONG de desminagem Halo Trust, que opera em Angola desde 1994. Esta ONG tem tido vários financiamentos externos destinados a desminagem em Angola nas províncias de Benguela, Bié, KuandoKubango e Huambo. Angola e a província do Huambo em especial têm beneficiado de vários apoios financeiros externos destinados ao sector da ação contra minas. Atualmente os potenciais doadores são a União

Europeia, Estados Unidos da América, Japão e a França. A título de exemplo, os EUA têm assistido financeira e tecnicamente o programa de desminagem de Angola implementados por várias organizações públicas e ONG como a The Halo Trust, MgM e APN.

Outro exemplo importante, em 2010 um milhão de dólares norte-americanos, foi o montante que o Governo francês disponibilizou para programa de desminagem na província do Huambo para a limpar as vias de acesso e apoio aos projetos de saúde, educação e agricultura, áreas de reassentamento das populações no interior dos municípios do Bailundo, Kachiungo e Tchicala-Tchologanga, áreas tidas de maior concentração de pessoas recém-reinstaladas, como um esforço conjunto no âmbito da cooperação bilateral entre Angola e a França.

Entre 2002 e 2005 o Japão disponibilizou 1,35 milhões de dólares americanos à ONG internacional Halo Trust para desminar quatro províncias incluindo a do Huambo. É de salientar que a cooperação no sector da ação contra minas tem sido uma das prioridades do Japão, que já financia atualmente 11 projetos de ONG nos pilares de desminagem, educação sobre o risco de minas e assistência às vítimas.

Importa realçar que, com fundos próprios Angola assumiu e aumentou o seu apoio financeiro às ações de desminagem (em função da sua estratégia), no sentido de facilitar a execução dos programas e projetos de construção e reconstrução e desenvolvimento do país. É contudo uma preocupação constante do Estado angolano, o cumprimento dos compromissos internacionais, com destaque para o artigo 5º da Convenção de Ottawa.

Os relatórios do balanço do PMAOSSBP (2003-2008) identificaram a programação de 541 ações distribuídas pelos sectores da agricultura, saúde, educação, energia e águas, obras públicas, comércio, indústria, hotelaria e turismo, urbanismo e ambiente e o sector de serviços. Das 541 ações programadas, 422 (78 por cento) foram concluídas, permitindo a melhoria das condições de vida da população, acessos e circulação, as comunicações etc. Constituíram igualmente, prioridades a valorização dos recursos humanos, a melhoria do desempenho da administração local, o aumento dos rendimentos, da produtividade e do bem-estar da população e a disponibilidade de serviços sociais na província.

Com a execução do PMAOSSBP, as condições de vida na cidade do Huambo, bem como das sedes municipais e comunais, melhorou significativamente. E Isso foi possível com o contributo da desminagem.

A coordenação nacional e provincial (do Huambo) de ação contra minas tem sido uma das peças fundamentais deste processo, na medida em articula as necessidades de desminagem (que constam no plano operacional) com as prioridades dos Governos províncias acrescido do apoio financeiro dos doadores e financiadores nacionais e internacionais para a execução das tarefas. Paralelamente, procede-se a fiscalização e certificação, através da gestão e controlo da área desminada. É importante vingar que a segurança apresenta-se hoje como um conceito global (Almeida,

2013 p. 11). Autor reforça de igual modo que, um dos objetivos do planeamento das políticas de segurança atualmente é a proteção das pessoas, das instituições democráticas, das infra-estruturas críticas, dos serviços e das forças de segurança.

O desempenho do crescimento económico de Angola aqui reflectido, através (em parte) da construção e reabilitação das infra-estruturas, investimento público, privado nacional e estrangeiro, assim como a promoção do turismo nas 18 províncias entre outras ações só foi possível com o fim do conflito armado e com o contributo do programa da ação contra minas particularmente a atividade de desminagem em curso.



## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Paulo (Org.) (2013), *Como tornar Portugal um País mais seguro - Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade*, Lisboa, Editor: Horácio Periquito (1ª Edição).
- Azevedo, Liliana Marisa Vieira da Silva (2014), *Okutiuca é a minha casa: Estratégia de Inserção Social de Crianças e Jovens com Percursos de Rua no Huambo*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL.
- BFA - Banco de Fomento Angola (2015), Relatório Económico e Social de Angola (online), acesso a 20.08.2015, Disponível em [www.bfa.ao](http://www.bfa.ao)
- Botelho, Elizeu de Jesus Van Dunen (2014), *Política de Apoio à Pequenas e Médias Empresas (PME) em Angola*, Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Economia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL.
- Capitão, Raimundo (2014), *Planeamento Urbano e Inclusão Social: O caso do Uíge*, Luanda, Mayamba Editora.
- Cascudo, Fernando (1979), *Angola: A Guerra dos Traídos*, Rio de Janeiro, Brasil, Ed. Bloch.
- Cnidah (2007) *Relatório do Levantamento do Impacto Socio-Económica de minas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2005) *Plano Nacional de Ação contra Minas*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2006) *Plano Estratégico de Ação contra Minas de Angola 2006-2011*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2013) *Plano Estratégico de Ação contra Minas 2013-2017*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2003) *Relatório anual da CNIDAH*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2004) *Relatório anual da CNIDAH*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2010) *Relatório anual da CNIDAH*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2011) *Relatório anual da CNIDAH*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2012) *Relatório anual da CNIDAH*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Cnidah (2014) *Relatório anual da CNIDAH*. Luanda: Comissão Nacional Intersectorial de desminagem e Assistência Humanitária.
- Coutinho, Clara, (2011), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Coimbra, Edições Almedina S.A.
- Freire, Paulo (2007), "Educação Comunicativa Angolana na Realidade", (Online) p.135-136, Disponível em [www.saece.org.ar/docs/congreso3/Kavaya.doc](http://www.saece.org.ar/docs/congreso3/Kavaya.doc)
- Garcia, L, QUEK, F (2009), *Qualitative Research in Information Systems: Time to be Subjective?*(online) v.16, n.1, acesso 20. 09.2015, Disponível em [www.revistas.usp.br/rege/article/download/36660/39381](http://www.revistas.usp.br/rege/article/download/36660/39381)
- GICHHD- Centro Internacional de Genebra para a Desminagem Humanitária (2004), Relatório do Impacto Socio-económico da contaminação com minas nas comunidades angolanas (online) acesso a 1.10.2010, Disponível em [www.gichd.org](http://www.gichd.org)

- GdA - Governo de Angola (2008), *Relatório sobre a Situação do País – ANGOLA* (online), acesso em 2.2.2013, Disponível em, <http://esa.un.org/iys/review09/countries/Angola>
- Gil, António (2002), *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas, (4ª. Edição) (Edição Original, 1987)
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo Sentidos e Formas de Uso*, Lisboa, Principia 2006.
- ICBL- International Campaign to Ban Landmines (2014), Relatórios de Transparência sobre o Cumprimento do Artigo 5º da Convenção de Ottawa, disponível em [www.icbl.org](http://www.icbl.org)
- Neves, Tony (2012), *Angola - Justiça e Paz 1989-2002*, Lisboa, Texto Editores, (1ª Edição)
- Lakatos, Eva e Marconi, Marina (1992), *Metodologia do Trabalho Científico*, São Paulo, Editora Atlas.
- Marconi, Marina, e Lakatos, Eva (2002), *Técnicas de Pesquisa: Planeamento e Execução de Pesquisa, Amostragem e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados*, São Paulo, Editora Atlas, (5ª Edição) (Edição Original 1985).
- Ministério da Administração do Território (2014) *Relatório do Ordenamento do Território*. Luanda.
- Ministério das Finanças (2004) *Programa Geral do Governo de Angola 2003-2004*. Luanda.
- Ministério das Finanças (2009) *Programa Geral do Governo de Angola 2009*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2003), *Estratégia de Combate à Pobreza, Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2003) *Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações 2003- 2004*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2005) *Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às populações 2005- 2006*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2007) *Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às populações 2007- 2008*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2004) *Relatório de Balanço do PMAOSSBP 2003-2004*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2003) *Relatório de Balanço do PMAOSSBP 2003-2006*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2003) *Relatório de Balanço do PMAOSSBP 2003-2008*. Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2009) *Relatório de Balanço do PMAOSSBP 2009*. Luanda.
- OCHA- Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (2003), *Relatório da Situação Humanitária em Angola*, (online), acesso 6.01.20014, Disponível em [www.undp.org/content/.../Angola/Angola\\_MDGReport\\_2003\\_POR.pdf](http://www.undp.org/content/.../Angola/Angola_MDGReport_2003_POR.pdf)
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva (5ª Edição) (Edição Original 1992).
- Rodrigues, Wiliam (2007), *Metodologia Científica*, FAETEC/IST Paracambi (online) acesso a 0.03.2014, Disponível em [http://unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodologia\\_cientifica.pdf](http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf)
- Ruiz, João (1996), *Metodologia Científica. Guia para Eficiência nos Estudos*, São Paulo, Editora (4ª. Edição) (Edição Original 1980).
- Sousa, Maria e Baptista, Cristina (2011), *Como fazer investigação, Dissertação, Tese e Relatórios*-segundo Bolonha, Lisboa, Lide 1ªEdições técnicas, Lda. (2ª Edição).

- Souza, Adriano *et.al* (2011) (Org) "Guerra civil e o desenvolvimento económico em Angola" *Revista de Economia, Anápolis*, v.7, n.2. Jul./Dez. acesso 6.08.2012, Disponível em <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia>
- Sousa, Anelyza (2004), *A Educação para a paz por meio do ensino da língua pátria* (online) acesso a 20.09.2015, Disponível em <http://enalic2014.com.br/anais/anexos/7610.pdf>
- Tati, João Tibúrcio (2009), *Restos de guerra: trajetórias e modos de vida dos jovens no município de Cacuaco, Luanda – Angola*, Dissertação de Mestrado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade, Faculdade de Saúde Pública, acesso 20.03.2015, Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-14012010-154806/pt-br.php>
- Walter, Luís Fernando da Costa (2007), *Angola, O Papel do Sector Petrolífero de Angola no Desenvolvimento Socio-económico da País-Desafios e Expectativa (1975-2005)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Área Científica de Estudos Africanos, ISCTE-IUL.

## FONTES

### SITES CONSULTADOS

Angolabela	<a href="http://www.angolabelazebela.com">www.angolabelazebela.com</a>
Angonoticias	<a href="http://www.angonoticias.com">www.angonoticias.com</a>
Angop- Agencia Angola Press	<a href="http://www.portalangop.co.ao">www.portalangop.co.ao</a>
Banco BFA	<a href="http://www.bfa.ao">www.bfa.ao</a>
Censo 2014	<a href="http://censo.ine.gov.ao">censo.ine.gov.ao</a>
Centro Internacional de Genebra para Desminagem Humanitária	<a href="http://www.gichd.org">www.gichd.org</a>
Dicionário Porto Editora	<a href="http://www.portoeditora.pt">http://www.portoeditora.pt</a>
Encyclopedia	<a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Enciclopédia">https://pt.wikipedia.org/wiki/Enciclopédia</a>
Landmine and Cluster Munitio	<a href="http://www.the-monitor.org">www.the-monitor.org</a>
Governo Provincial do Huambo	<a href="http://www.governodohuambo.com">www.governodohuambo.com</a>
ICBL-International Campaign to Ban Landmines	<a href="http://www.icbl.org">www.icbl.org</a>
INAROOE	<a href="http://www.inarooee.ebonet.net/desminagem.pt">www.inarooee.ebonet.net/desminagem.pt</a>
Infopedia	<a href="http://www.infopedia.pt">www.infopedia.pt</a>
Jornal de Angola	<a href="http://www.jornaldeangola.sapo.ao">www.jornaldeangola.sapo.ao</a>
Jornal Redeangola	<a href="http://redeangola.info">redeangola.info</a>
Ministério da Administração do Território	<a href="http://www.portaldeangola.com">www.portaldeangola.com</a>
Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca	<a href="http://www.mirror.undp.org/angola">www.mirror.undp.org/angola</a>
Ministério do Planeamento	<a href="http://www.mpdt.gov.ao">http://www.mpdt.gov.ao</a>
Normas Nacionais de Ação contra Minas de Moçambique	<a href="http://www.ind.gov.mz">www.ind.gov.mz</a>
OCHA	<a href="http://www.unocha.org">www.unocha.org</a>
ONU	<a href="http://nacoesunidas.org">nacoesunidas.org</a>
PNUD	<a href="http://www.undp.org">www.undp.org</a>
Porta Oficial da República da Angola	<a href="http://www.governo.gov.ao">http://www.governo.gov.ao</a>
Secretaria do Meio Ambiente do Brasil	<a href="http://www.bdt.org.br">www.bdt.org.br</a>
Survey Action Center	<a href="http://www.gichd.org">www.gichd.org</a>
UNICEF	<a href="http://ww.unicef.pt">ww.unicef.pt</a>

## **LEGISLAÇÃO**

### **Nacional**

Constituição da República de Angola

[http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao\\_da\\_Republica\\_de\\_Angola.pdf](http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf)

Lei de Base da Proteção Social (Lei n 7/4 de 15 de Outubro)

<http://inss.gv.ao/Legislacao/Paginas/paginainicial.aspx>

Nova-Lei Geral do Trabalho de Angola

[http://www.minfin.gv.ao/fsys/Nova\\_Lei\\_Geral%20do\\_Trabalho.pdf](http://www.minfin.gv.ao/fsys/Nova_Lei_Geral%20do_Trabalho.pdf)

Decreto-Presidencial 54/01 de 14 de Setembro

Órgão Nacional Coordenador do Sector da Acção contra minas -CNIDAH

Comissão Executiva Desminagem

### **Internacional**

Convenção de Ottawa- Sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas anti-pessoal e sobre a sua destruição

Convenções da Haia de 1899 e 1907

Declaração de São Petersburgo 1868

Declaração dos Direitos Humanos

Normas Internacionais de Acção contra Minas

## **ANEXOS**



**A - GRELHA DOS REGISTOS DOS DADOS DA ENTREVISTA**

Itens do Questionário		Sim		Não		Não Sabe	
		Nº Resp.	Perc %	Nº Resp	Perc. %	Nº Resp.	Perc. %
1	Conhecimento da ocorrência do conflito armado em Angola	25	100				
2	Data do conflito armado inicio 1975 e fim 2002	25	100				
3	Duração do Conflito Armado Angolano:						
	10 Anos						
	20 Anos	1	4				
	30 Anos	9	36				
	40 Anos	15	60				
4	Consequências negativas do conflito armado em Angola.	25	100				
5	Consequências negativas do conflito armado na província do Huambo.	25	100				
6	Consequências do conflito armado no Huambo com relação a:						
	6.1.Elevado número de mortos	25	100				
	6.2.Insegurança no uso da terra e mobilidade de pessoas e bens	25	100				
	6.3. Destruição e degradação de infra-estruturas económicas e sociais	25	100				
	6.4. Existência de campos minados	25	100				
	6.5. Refugiados e pessoas deslocadas das suas áreas de origem	24		1	4		
	6.6. Elevado número de pessoas com deficiência, vítimas de minas	25	100				
	6.7. Prejuízo das actividades sociais e degradação da economia	25	100				
	6.8. Diminuição da força de trabalho, do progresso generalizado e miséria	23		1	4	1	4
	6.9. Desordenamento no crescimento das cidades	25	100				
	6.10. Destruturaração das famílias	23	92	2	8		
7	Significado de mina terrestre						
	7.1.Artefactos projectados para explodir quando, pressionados ou accionados através de um arame farpado	13	52				
	7.2.Objecto com a função básica matar, ferir ou mutilar pessoas próximas e, destruir infra-estruturas	19					
	7.3. Explosivo	7	28				
	7.4. Explosivo mortífero	11	44				
8	Função básica de Mina terrestre						
	8.1. Ferir	21	84				
	8.2. Matar	20	80				
	8.3. Destruir infra-estrutura	14	56				



	8.4. Dificultar acesso	19	76				
	8.5. Outro	1	4				
9	Tempo que as minas terrestres estão implementadas no solo e subsolo angolano:						
	10 Anos						
	20 Anos						
	30 Anos	6	26				
	40 Anos	11	44				
	Mais de 50 anos	8	32				
10	Razões da existência de minas em Angola:						
	10.1. Conflito armado	17	68				
	10.1.O uso da tática de guerrilha no conflito armado	10	40				
	10.2.Duração do conflito armado	5	20				
	10.3.Defesa das cidades e infra-estruturas, como pontes, aeroportos, ferrovias, barragens e linhas eléctricas, estradas e caminhos	17	68				
	10.4.Impedimento do movimento e o acesso de forças militares que participaram no conflito armado	14	56				
11	Conhecimento da existência de minas terrestres no Huambo.	24	96			1	4
	11.1 Existência de minas terrestres no Huambo actualmente	14	56	1	4		
12	Consequências das minas do ponto de vista da segurança para as pessoas, bens e infra-estruturas:						
	12.1. Mutilação e risco de accionamento de minas.	19	76				
	12.2. Existência de Vítimas de minas	16	64				
	12.3. Impedimento da livre circulação de pessoas e bens nas vias de comunicação	22	88	1	4		
	12.4.Privação do acesso da população aos serviços sociais básicos nomeadamente: o acesso à água, à terra para cultivo, à zona comercial, ao posto de saúde, etc.	21	84			1	4
	12.5. Destruição de infra-estruturas (estradas, pontes, habitação etc)	15	60				
	12.6. Impedimento da recuperação imediata das estradas, pontes, caminhos-de-ferro, barragens, fábricas, hospitais, escolas etc.	17	68				
	12.7.Morosidade da execução da actividade de desminagem	16	64				
	12.8. Custo elevado da atividade de desminagem	13	52				
13	População suficientemente informada sobre o Problema de minas e uxo em Angola	7	28	16	64	2	8
14	Consciencialização da população sobre o problema das minas e uxo na província do Huambo						
	14.1. Excelente	1	4				
	14.2. Suficiente	12	48				

	14.3. Insuficiente	7	28	2	8		
	14.4. Sem informação	0					
15	Instituições que lidam com a terra suficientemente informada sobre o problema das minas e uso no solo e subsolo angolano	17	68	6	24	2	8
16	Conceito de desminagem						
	16.1. Operação de remoção de minas de uma zona terrestre ou marítima	12	48				
	16.2. Acto de remoção de minas	7	28				
	16.3. Actividades que abrange a remoção da ameaça de minas terrestres e explosivos remanescentes de guerra	8					
	16.4. Actividade de pesquisa técnica e não técnica, mapeamento, marcação, limpeza, documentação e, entrega da terra livre de minas.	16		1	4		
17	Conhecimento a realização da actividade de desminagem no país e na província do Huambo	22					
18	Importância da actividade de desminagem						
	18.1. Muito importante	24	96	1	4		
	18.2. Importante	-		-		-	
	18.3. Pouco importante	-		-		-	
19	Progresso da desminagem facilitado com o fim do conflito armado	24	96				
20	Benefícios importantes da desminagem à sociedade angolana	25	100				
20.1	Confirmação do benefício da desminagem nas actividades de:						
	20.1.1. Segurança das comunidades, estradas, caminhos, pontes, áreas de cultivo pastagem e pesca, etc.	21	84				
	20.1.2. Na reabilitação de infra-estruturas importantes	21	84				
	20.1.3. Na livre circulação de pessoas e bens em áreas e estradas desminadas.	24	96				
	20.1.4. Na segurança para construção e reabilitação de infra-estruturas no quadro do programa de reconstrução do Governo angolano.	24	96				
	20.1.5. Na promoção das actividades diárias (lavras, pastorícia, pesca e recolha de lenha) da população rural.	21	84				
	20.1.6. No acesso às instituições económicas e sociais como escolas, centro e postos de saúde, água, zona de comércio, e turismo.	24	96				
21	Relação entre a desminagem, o uso da terra livre de minas e a execução de programas e projectos económicos e sociais em Angola.	22	88			1	
22	Ministérios, investidores e outras instituições que usam a terra para as suas actividades beneficiam da desminagem ou não.	24	96			1	

23	Exemplos de programas e projectos que foram executados com o apoio da desminagem:						
	23.1. Construção de centralidades habitacionais	18	72				
	23.2. Reabilitação e construção de estradas	19	76				
	23.3. Reabilitação dos caminhos -de-ferro	21	84				
	23.4. Implantação de cabos de fibra óptica	7	28				
	23.5. Reabilitação e construção de postes de alta tensão	13	52				
	23.6. Construção de escolas	11	44				
	23.7. Construção de hospitais	8	32				
	23.8. Construção de barragens	13	52				
	23.9. Projectos agrícolas	6	24				
24	Nº e Nomes das organizações que realizam desminagem na província do Huambo: INAD, Halo trust, FAA, Apacominas, Sedita, Cajebó RLZ, VDS, PAFRA Mamboji, Angolest	25	100				
25	Benefício do uso da terra desminada pela população do Huambo	25	100				
26	Benefícios do uso da terra desminada pela população da província do Huambo relacionados com as actividades:						
	26.1. Agricultura	25	100				
	26.2. Pastorícia	25	100				
	26.3. Recorte de Lenha	25	100				
	26.4. Acessos e mobilidade	25	100				
	26.5. Construção e reabilitação de infra-estruturas como: estradas, escolas, hospitais e postos de saúde,	25	100				
	26.6. Outras áreas, indique:						
27	Deslocação da população entre as localidades com segurança na província do Huambo	25	100				
28	Tempo de uso da terra depois de desminada						
	28.1. 1 a 6 meses	16	64				
	28.2. 6 a 12 meses	3	12				
	28.3. 12 a 24 meses	1	4				
	28.4. Mais de 24 meses						
	28.5. Não sabe	5	20				
29	Número aproximado de famílias que beneficiam de terras desminadas						
	29.1. 10-100	2	8				
	29.2. 100-1000	1	4				
	29.3. 1000-5000	1	4				
	29.4. 5000-10.000	2	8				
	29.5. Mais de 10.000	9	36				
	29.6. Não sabe	10	40				
30	População do Huambo teve benefícios económicos e sociais com o uso da terra desminada	23	92				

	Indique os sectores que na sua opinião que podem usar terras desminadas para a execução dos seus programas e projectos:						
31	31.1. Agricultura e Desenvolvimento	25	100				
	31.2. Construção e Urbanismo	25	100				
	31.3. Comércio	20	80				
	31.4. Industria	22	88				
	31.5. Educação	24	96				
	31.6. Saúde	23	92				
	31.7. Ambiente	21	84				
	31.8. Energias e Águas	24	96				
	31.9. Correios e Telecomunicações	22	88				
	31.10. Administração Territorial e Segurança	21	84				
	31.11. Bens e Serviços	21	84				
	31.12. Defesa e Segurança	21	84				
	31.13. Turismo	23	92				
	31.14. Outro						
32	Conhecimento da execução do Programa de Aumento e Oferta dos Serviços Sociais Básicos às Populações entre 2003 e 2008 na província do Huambo.	23	92	2	8		
33	Contributo da desminagem na execução do PMAOSSBP (2003 a 2008) a província do Huambo.	21	84	1	4		
34	Benefícios contínuos da população da província do Huambo dos serviços e infra-estruturas, concepção de terras para agricultura, pastorícia, promovidas pela execução do PMAOSSBP desde 2008.	21	84	1	4		
35	Infra-estruturas erguidas com o apoio da desminagem na província do Huambo no âmbito da execução do PMAOSSBP (2003-2008):						
	35.1. Estradas, pontes	20	80				
	35.2. Escolas	22	88				
	35.3. Hospitais e postos de saúde	20	80				
	35.4. Saneamento básico	13	52				
	35.5. Mercados e Equipamento comerciais	14	56				
	35.6. Fabricas	16	64				
	35.7. Equipamentos turísticos e de lazer	14	56				
	35.8. Comunicações	22	88				
	35.9. Habitação	20	80				
	35.10. Outro						
36	PMAOSSBP executado em toda extensão territorial do Huambo	16	64	1	4		
	Total	25	100				

## **B - GUIÃO DA ENTREVISTA**

1. Tem conhecimento que em Angola ocorreu um conflito armado?
2. Qual a ideia que tem sobre a data do início e do fim do conflito armado?
3. Do conhecimento que tem sobre o conflito angolano quanto tempo durou?
4. Na sua opinião, o conflito armado trouxe consequências negativas em Angola?
5. Na sua opinião, o conflito armado trouxe consequências negativas na província do Huambo?
6. Em Angola, particularmente a província do Huambo, o conflito armado trouxe como consequências com relação: ao elevado número de mortos; a insegurança no uso da terra e na mobilidade das pessoas e bens; a destruição e degradação de infra-estruturas económicas e sociais; a existência de campos minados; refugiados e pessoas nacionalmente deslocadas das suas áreas de origem, ao elevado número de pessoas com deficiência, vítimas de minas; prejuízo das actividades sociais e degradação da economia; a diminuição da força de trabalho, do progresso generalizado e miséria; ao desordenamento no crescimento das cidades e desestruturação das famílias?
7. O que é uma mina terrestre?
8. Para que serve uma mina terrestre?
9. A quanto tempo as minas estão implantadas no solo e subsolo angolano?
10. Que razões estão na base da existência das minas terrestres em Angola?
11. Tem conhecimento da existência de minas terrestres na província do Huambo?
- 11.1. Se sim julga que ainda existem minas na província do Huambo?
12. Quais as consequências das minas do ponto de vista da segurança para as pessoas, bens e infra-estruturas?
13. Na sua opinião a população em Angola está suficientemente informada sobre o problema da existência de minas e engenhos explosivos?
14. Como classifica a consciencialização da população sobre o problema da existência de minas e engenhos explosivos na província do Huambo?
15. As instituições que lidam com a terra estão suficientemente informadas sobre o problema da existência de minas e engenhos explosivos no solo e subsolo angolano?
16. Na sua opinião o que é a Desminagem?
17. Tem conhecimento que no país e em particular na província do Huambo ocorre actividade de desminagem?
18. Que importância atribui a actividade de desminagem?
19. O fim do conflito armado facilitou ou não o progresso da desminagem de Angola e na província do Huambo?
20. A desminagem trouxe ou não benefícios importantes à sociedade angolana?
- 20.1. Se sim, confirma que a desminagem trouxe e continua a trazer benefícios?

21. Na sua opinião, existe alguma relação entre a desminagem, o uso da terra livre de minas e a execução dos programas e projectos económicos e sociais em Angola?
22. Na sua opinião os ministérios, investidores e outras instituições que usam a terra para as suas actividades solicitam ou beneficiam da desminagem para a execução dos seus programas e projectos?
23. Dê exemplos de programas e projectos que foram executados com o apoio da desminagem.
24. Quantas e quais as organizações que realizam desminagem na província do Huambo?
25. Na sua opinião, a população da província do Huambo beneficia do uso das terras desminadas?
26. Se sim, os benefícios tiveram ou têm os habitantes da província do Huambo com o uso da terra desminada estão relacionadas com as actividades: Agricultura, Pastorícia, Recorte de Lenha, Acesso emobilidade, Construção e reabilitação de infra-estruturas como: estradas, escolas, hospitais e postos de saúde?
27. A população desloca-se entre as localidades com segurança na província do Huambo?
28. Depois da terra desminada, quanto tempo leva para usá-la?
29. Qual o número aproximado de famílias que beneficiam da terra desminada?
30. Na sua opinião, a população da província Huambo teve benefícios económicos e sociais com o uso da terra desminada?
31. Indique os sectores que podem usar terras desminadas para a execução dos seus programas e projectos.
32. Tem conhecimento da execução do Programam de Melhoria e Aumento e Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População entre 2003 e 2008, na província do Huambo?
33. Na sua opinião, a desminagem contribuíram para a execução do Programam de Melhoria e Aumento e Oferta dos Serviços Sociais Básicos da População (2003 a 2008) a província do Huambo?
34. Na sua opinião, actualmente a população da província do Huambo, ainda beneficia dos serviços e infra-estruturas, concepção de terras para agricultura, pastorícia, promovidas com a execução do Programam de Aumento e Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População, entre 2003 e 2008?
35. No âmbito da execução do Programam de Aumento e Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População entre 2003 e 2008, coloque o X nas infra-estruturas que foram erguidas com o apoio da desminagem na província do Huambo.
37. O PMAOSSBP foi executado em toda extensão territorial da província?

## **C - RESUMO DA CONVENÇÃO DE OTTAWA**

Sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, mais conhecida como Tratado de Ottawa

Adoptado a 18 de Setembro 1997 pela Conferência Diplomática de Oslo sobre a Interdição total das Minas Antipessoal (reunida em Oslo de 1 a 18 Setembro 1997) e Aberta à assinatura a 3 de Dezembro de 1997. Entrada em vigor na Ordem internacional: 1 Março 1999, em conformidade com o Artigo 17.º, n.º 1.

### **Preâmbulo**

Os Estados Partes:

Decididos a pôr fim ao sofrimento e às mortes causadas por minas antipessoal, que matam ou mutilam centenas de pessoas todas as semanas, na sua maioria cidadãos inocentes e indefesos e especialmente crianças, obstruem o desenvolvimento económico e a reconstrução, inibem a repatriação de refugiados e de pessoas deslocadas internamente e ocasionam outras consequências severas por muitos anos após sua colocação;

Acreditando ser necessário fazer o máximo para contribuir de maneira eficiente e coordenada a fim de enfrentar o desafio de remover as minas antipessoal colocadas em todo o mundo e assegurar sua destruição;

Desejando fazer o máximo na prestação de assistência para o tratamento e a reabilitação, incluindo a reintegração social e económica, de vítimas de minas;

Reconhecendo que uma proibição total das minas antipessoal seria também uma importante medida de construção de confiança;

Acolhendo a adoção do Protocolo sobre Proibições e Restrições ao Emprego de Minas, Armas de Armadilha e Outros Artefactos, conforme emendado em 3 de Maio de 1996 e anexado à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados, e instando à pronta ratificação desse Protocolo por todos os Estados que ainda não o tenham feito;

Acolhendo também a Resolução 51/45 S, de 10 de Dezembro de 1996, da Assembleia-geral das Nações Unidas, que exorta todos os Estados a buscar com empenho um acordo internacional eficaz e juridicamente vinculativo para proibir o uso, armazenamento, produção e transferência de minas terrestres antipessoal;

Acolhendo, as demais, as medidas tomadas durante os últimos anos, tanto unilateralmente quanto multilateralmente, visando à proibição, restrição ou suspensão do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal;

Enfatizando o papel da consciência pública na promoção dos princípios humanitários, conforme evidenciado pelos apelos à proibição total de minas antipessoal, e reconhecendo os esforços envidados

para tal fim pela Cruz Vermelha Internacional e pelo Movimento do Crescente Vermelho, a Campanha Internacional para a Proibição de Minas e numerosas outras organizações não-governamentais em todo o mundo;

Recordando a Declaração de Ottawa, de 5 de outubro de 1996, e a Declaração de Bruxelas, de 27 de Junho de 1997, que instam a comunidade internacional a negociar um acordo internacional juridicamente vinculante que proíba o uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal;

Enfatizando a conveniência de atrair a adesão de todos os Estados a esta Convenção e determinados a trabalhar tenazmente para promover sua universalização em todos os foros relevantes, incluindo, entre outros, as Nações Unidas, a Conferência do Desarmamento, organizações e grupos regionais e conferências de revisão da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados;

Baseando-se no princípio do direito internacional humanitário de que o direito das partes em um conflito armado de escolher métodos ou meios de combate não é ilimitado, no princípio que proíbe o uso, em conflitos armados, de armas, projéteis ou materiais e métodos de combate de natureza tal que causem danos supérfluos ou sofrimento desnecessário e no princípio de que uma distinção deve ser estabelecida entre civis e combatentes;

### **Artigos da Convenção de Ottawa**

A convenção dispõe de 22 artigos, dos quais 2 (art 4º e art 5º) estão directamente relacionados com a desminagem. Eis os artigos da convenção: Artigo 1º (Obrigações Gerais), Artigo 2º (Conceito de Mina Antipessoal), Artigo 3º (Excepções), Artigo 4º (Destruição das minas Antipessoal armazenadas), Artigo 5º (Destruição das minas antipessoal colocadas em zonas minadas), Artigo 6º (Cooperação e Assistência Internacionais), Artigo 7º (Medidas de transparência), Artigo 8º (Ajuda e esclarecimento sobre o cumprimento), Artigo 9º (Medidas de Aplicação Nacionais), Artigo 10º (Resolução de litígios), Artigo 11º (Reunião dos Estados-Parte), Artigo 12º (Conferência de Revisão) Artigo 13.º (Emendas), Artigo 14.º (Despesas), Artigo 15.º (Assinatura), Artigo 16º (Ratificação, aceitação, aprovação ou adesão), Artigo 17.º (Entrada em vigor), Artigo 18.º (Aplicação um título provisório), Artigo 19.º (Reservas), Artigo 20º (Duração e Denúncia), Artigo 21.º (Depositário) Artigo 22º (Textos autênticos).

### **Referência dos artigos 4º e 5º da convenção tendo em conta o tema da investigação**

#### **Artigo 4º**

Destruição de minas antipessoal armazenadas



Exceto pelo disposto no Artigo 3, cada Estado Parte compromete-se a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal armazenadas de que seja proprietário ou detentor ou que estejam sob sua jurisdição ou controle o quanto antes e no mais tardar até quatro anos após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte.

#### **Artigo 5º**

Destruição de minas antipessoal em áreas minadas

1. Cada Estado Parte compromete-se a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal em áreas minadas sob sua jurisdição ou controle o quanto antes e no mais tardar até dez anos após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte.

2. Cada Estado Parte se esforçará para identificar todas as áreas sob sua jurisdição ou controle nas quais se saiba ou se suspeite haver minas antipessoal colocadas e deverá assegurar o quanto antes que todas as áreas minadas sob sua jurisdição ou controle em que haja minas antipessoal tenham seu perímetro marcado, vigiado e protegido por cercas ou outros meios, a fim de assegurar a efectiva exclusão de civis até que todas as minas antipessoal contidas naquelas áreas tenham sido destruídas. A marcação deverá obedecer, no mínimo, aos padrões estabelecidos pelo Protocolo de Proibições e Restrições ao Emprego de Minas, Armas de Armadilha e Outros Artefatos, conforme emendado em 3 de Maio de 1996, anexo à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados.

3. Se um Estado Parte acredita que não será capaz de destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal a que se faz menção no parágrafo 1 dentro daquele período de tempo, poderá solicitar à Reunião dos Estados Partes ou à Conferência de Revisão a prorrogação do prazo para completar a destruição daquelas minas antipessoal por um período de até dez anos.

4. Cada solicitação deverá conter: (a) A duração da prorrogação proposta; (b) Uma explicação detalhada das razões para a prorrogação proposta, incluindo: (i) A preparação e a situação do trabalho conduzido no âmbito de programas nacionais de desminagem; (ii) Os meios financeiros e técnicos de que dispõe o Estado Parte para a destruição de todas as minas antipessoal; e (iii) As circunstâncias que restringem a capacidade do Estado Parte de destruir todas as minas antipessoal em áreas minadas; (c) As implicações humanitárias, sociais, económicas e ambientais da prorrogação; e (d) Quaisquer outras informações relevantes para a solicitação de prorrogação proposta.

5. A Reunião dos Estados Partes ou a Conferência de Revisão deverão, levando em consideração os fatores contidos no parágrafo 4, avaliar a solicitação e decidir por maioria de votos dos Estados Partes presentes e votantes se se aceita a solicitação de um período de prorrogação.

6. Tal prorrogação poderá ser renovada mediante a apresentação de nova solicitação, de acordo com os parágrafos 3, 4 e 5 deste Artigo. Ao solicitar novo período de prorrogação, o Estado Parte deverá submeter informação adicional relevante sobre o que foi realizado durante o período prévio de prorrogação de acordo com este Artigo.

Em 1997, o tratado foi assinado por 157 países. Trinta e oito países não faziam parte da convenção: entre eles, estão os Estados Unidos, Cuba, Rússia, Índia e China. A Convenção ("Tratado de Ottawa") é uma parte da resposta internacional ao sofrimento generalizado causado pelas minas antipessoal. A Convenção tem regras consuetudinárias de Direito Internacional Humanitário aplicáveis a todos Estados. Estas regras proíbem o uso de armas, que pela sua natureza não discriminem entre civis e combatentes ou causem sofrimentos desnecessários ou ferimentos supérfluos.

### **Obrigações básicas da convenção de Ottawa**

Os Estados que aderirem a este Tratado não devem nunca e em nenhuma circunstância usar, desenvolver, produzir, armazenar ou transferir minas antipessoal ou ajudar qualquer a fazer isto. Estes Estados devem também destruir as minas antipessoal existente, quer estejam armazenadas quer se encontrem no chão, dentro de um determinado período. Um número reduzido de minas pode ser conservado, com a única finalidade de aperfeiçoar as técnicas de remoção e de destruição de minas e treinar pessoal no uso destas técnicas.

Disponívelem

[apminebanconvention.org/fileadmin/APMBC/other\\_languages/portuguese/MBC/MBC\\_convention\\_text/CONVENCAO\\_DE\\_OTTAWA\\_portugues\\_1.pdf](http://apminebanconvention.org/fileadmin/APMBC/other_languages/portuguese/MBC/MBC_convention_text/CONVENCAO_DE_OTTAWA_portugues_1.pdf)

**D - IMAGENS DE MINAS TERRESTRES, VITIMAS DE MINAS, DESMINAGEM, RECOLHIDAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO TRABALHO**

Minas terrestres e campos minados



Fonte: dw.com



Fonte: emangola.wordpress.com



Fonte: isap.wordpress.com



Fonte www.angolabelazebelo.com



Fonte:redeangola.info

Vítimas de minas



Fonte: osfantasmadosongo.blogspot.com    Fonte: dw.com



Fonte: dw.com

Fonte: pt.dreamstime.com



Fonte: cip.ig.com.br

Fonte: redeangola.info

Actividade de desminagem (manual e mecânica) em curso



Fonte: redeangola.info



Fonte: noticias.mmo.co.mzFonte: dw.com



Fonte: ao.geoview.info/desminagem\_em\_angola

## Benefícios e vantagens da desminagem em Angola



Fonte: [www.angolabelazebelo.com](http://www.angolabelazebelo.com)



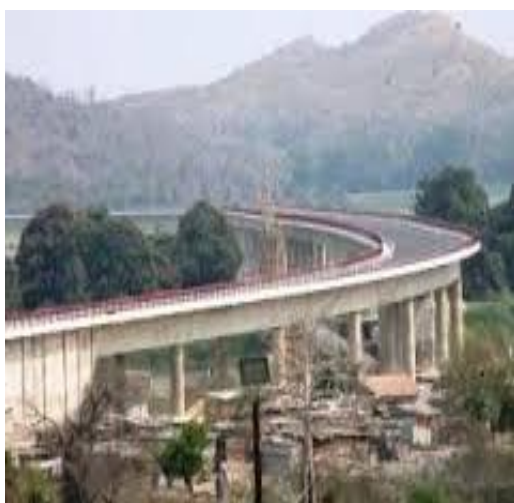
Fonte: [angolabelazebelo.com](http://angolabelazebelo.com)



Fonte: [www.angolabelo.com](http://www.angolabelo.com)



Fonte: [www.africatoday.co.ao](http://www.africatoday.co.ao)



Fonte: [www.angolabelazebelo.com](http://www.angolabelazebelo.com)









## Europass-Curriculum Vitae

### Informação pessoal

Apelidos / Nomes próprios **Botelho Mendes Jesus, Rita Nazaré**  
Moradas Rua, José Afonso nº 21 1ª CV Esq. Aqualva Cacem, 2735-538, Sintra, Portugal  
Rua 20, Mártires Kifangodo, Bloco 65B, 2º Andar Esq Luanda, Angola Telemóvel:(00244) 931618144/935546815  
Correios electrónicos rdejesus16@hotmail.com- rjesus@cnidah.gv.ao  
Nacionalidade Angolana/Portuguesa  
Data de nascimento 06-08-1971  
Sexo Feminino

### Emprego pretendido / Área funcional

#### Experiência profissional

Datas De 2004 até 2015  
Função ou cargo ocupado Chefe de Departamento Nacional de Planeamento e Programação do Sector da Acção contra Minas  
Principais actividades e responsabilidades Responsável pelo planeamento nacional e provincial, mobilização de fundos do OEG e comunidade internacional para programas e projectos no sector da acção contra mina em Angola. Responsável pela monitoria de projectos do sector a nível nacional  
Nome e morada do empregador Rua do Saneamento nr 74, Cidade Alta, Luanda  
Tipo de empresa ou sector CNIDAH- Comissão Nacional Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária  
Dadas De 2004 até 2015  
Função ou cargo ocupado Técnica de Serviço Social para o aconselhamento e apoio à vítima -Brigada de Segurança Escolar Policia Nacional  
Principais actividades e responsabilidades Aconselhamento e apoio à vítima  
Nome e morada do empregador Comando Provincial de Luanda, Brigada de Segurança Escolar, Estada Nacional nr 10, Bairro Neves Bendinha, Luanda  
Tipo de empresa ou sector Policia Nacional

#### Formação académica e profissional

Datas De 2013 até 2014 - Pós-graduação e Gestão de Projectos (vertente social)  
Designação da qualificação atribuída Excelente  
Principais disciplinas/competências profissionais Elaboração, execução, monitoria e Avaliação de projectos sociais. Elaboração de Planos Estratégicos, Anuais nacionais e provincial. Elaboração de Políticas Publicas.  
Nome e tipo da organização de ensino ou formação LCT-Luanda Consulting Team - Centro de Formação  
Nível segundo a classificação nacional ou internacional Excelente

Datas 1995 a 2001 - Literatura em Serviço Social

Designação da qualificação atribuída 12,44

Principais disciplinas/competências profissionais História e Teorias do Serviço Social, Técnicas de Serviço social, Sociologia, Psicologia, Metodologias de Investigação, Economia, Política Económica, Gesta de projectos, Espaço e População e Estágios (três anos)

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

### Aptidões e competências pessoais

Língua materna **Português**

Outra língua **Espanhol**

Auto-avaliação

Nível europeu (\*)

Português

Espanhol

Compreensão				Conversaão				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interação oral		Produção oral			
C1	Utilizador Avançado	C1	Utilizador Avançado	B2	Utilizador Independente	B2	Utilizador Independente	B2	Utilizador Independente
A1	Utilizador Básico	A1	Utilizador Básico	A1	Utilizador Básico	A1	Utilizador Básico	A1	Utilizador Básico

(\*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Aptidões e competências sociais Capacidade de comunicação, Espírito de equipa, Flexibilidade e adaptação à mudança, Dinâmica e empenhada, Capacidade de organização, Capacidade de adaptação a ambientes multiculturais e Auto-estima e estabilidade emocional.

Aptidões e competências de organização Capacidade de liderança, capacidade de gestão de equipas e projetos, capacidade de planeamento, etc.

Aptidões e competências técnicas Conhecimentos de teorias, técnicas e práticas de planeamento no geral e do sector da acção contra minas em Angola. Gestão de informação, elaboração de projectos sociais, Planeamento Estratégico (Curso de curta duração-Angola, Suíça, Benin, África do Sul etc.). Bons conhecimentos das linguagens do sector de acção contra minas e apoio á vítimas de agressões físicas. Vasta experiência como professora dos níveis primários, secundários e universitária auxiliar.

Aptidões e competências informáticas Bons Conhecimentos sólidos em Word, Power Point, Excel e Internet (formação específica, Lisboa Portugal)

Carta de condução Categoria B- Ligeiros

**Informação adicional** Participo em alguns Workshops realizados pela CNIDAH, com o intuito de aprender mais técnicas. Assessoria em projectos de desminagem,